

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Rossana Bogorny Heinze Schmidt

TRANSVERSALIZANDO PRÁTICAS: TRABALHANDO EM UMA ASSESSORIA
JURÍDICA UNIVERSITÁRIA EM DIREITOS SEXUAIS E DE GÊNERO



SAJU 
SERVIÇO DE ASSESSORIA
JURÍDICA UNIVERSITÁRIA

Porto Alegre

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Rossana Bogorny Heinze Schmidt

**TRANSVERSALIZANDO PRÁTICAS: TRABALHANDO EM UMA ASSESSORIA
JURÍDICA UNIVERSITÁRIA EM DIREITOS SEXUAIS E DE GÊNERO**

**Porto Alegre
2015**

Rossana Bogorny Heinze Schmidt

**TRANSVERSALIZANDO PRÁTICAS: TRABALHANDO EM UMA ASSESSORIA
JURÍDICA UNIVERSITÁRIA EM DIREITOS SEXUAIS E DE GÊNERO**

Dissertação de Mestrado apresentada para
o Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Social e Institucional do Instituto
de Psicologia da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Jaqueline Tittoni

Porto Alegre

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Rossana Bogorny Heinze Schmidt

**TRANSVERSALIZANDO PRÁTICAS: TRABALHANDO EM UMA ASSESSORIA
JURÍDICA UNIVERSITÁRIA EM DIREITOS SEXUAIS E DE GÊNERO**

Banca Examinadora

Dissertação _____ em ____/____/____ para obtenção do título de mestre em
Psicologia Social e Institucional

Professor Dr. Salo de Carvalho
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Professora Dra. Betina Hillsheim
Universidade de Santa Cruz do Sul

Professora Dra. Paula Sandrine Machado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professora Dra. Jaqueline Tittoni (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Ao G8-G pelos afetos e pelas amizades que surgiram, por me mostrarem outra forma de ver o mundo e pela a confiança no meu trabalho, primeiro como psicóloga e, depois, como pesquisadora.

À minha orientadora Jaqueline Tittoni por me ensinar que o processo de orientar depende de liberdade, de confiança e, principalmente, de afetos. Com certeza levarei suas inquietações éticas para toda minha vida acadêmica.

Ao grupo de pesquisa, e principalmente à Lúcia Karam Tietboehl e ao Pedro Papini, que dividiram comigo as angustias do não-saber e a alegria de ver esse processo acontecendo.

Aos colegas do mestrado com quem dividi mensagens intermináveis no whatsapp, que me acolheram no desespero e me indicaram leituras: Leila Rubini, Willian Giroto, Lorenna Pinheiro, Tamires Sivinski, Gabriela Weber Itaquy, Marciana Zambillo e Franciele L. Lenz.

À Paula Sandrine, ao Salo de Carvalho e a Betina Hillesheim, por estarem comigo nesse percurso compondo a banca de avaliação.

À Joana Puglia, que realizando também seu mestrado em outra universidade, compartilhou comigo os momentos difíceis e sofridos, mas, também, os de alegria, de escritas e viagens para congressos.

À Lilian Rodrigues da Cruz que me fez sentir tranquilidade em tempos de turbulência, estando ao meu lado integralmente.

Ao meu marido Marcelo Schmidt, que entendeu todos os dias em que não estive, que viu em mim a transformação pelas leituras que fiz, pelo percurso que trilhei e que, muitas vezes, ouviu discussões filosóficas madrugada a dentro. Agradeço por compreender todas as vezes que eu não pude estar ao teu lado, e agradeço pelas vezes em que tu estiveste do meu, fazendo a vida girar e dando conta da nossa vida em comum.

À minha família: minha mãe Nirley Bogorny, por me mostrar que mesmo quando tudo parece perdido, existem caminhos possíveis se formos em busca. Minha irmã Juliana Bogorny por acreditar em mim. Minha vó Vera Bogorny por se orgulhar

rezar pra sua santinha toda vez que achava que eu estava em uma situação difícil. Minha vó Lu Heinze, pelo apoio ao meu trabalho e por entender todas as vezes em que não pude estar tão perto como gostaria.

Ao meu pai, Luis Carlos Heinze, que não está mais aqui, mas era uma pessoa brilhante, que me ensinou desde pequena a sentir para além do que estava visível, que pedia que eu fechasse os olhos e sentisse a música tornar-se imagem.

Ao meu avô Nelcio Bogorny que, mesmo não estando mais aqui, continua sendo para mim, todos os dias, um exemplo de vida ética.

A CAPES, por disponibilizar a bolsa que me permitiu dedicação integral a esse percurso.

A todos aqueles que possa ter esquecido, meu muito obrigada. Sou um pouco de todos vocês.

O SAJU ri do tempo. Na verdade, debocha dele.
Nossos processos internos se confundem com os processos do SAJU.
Difícil saber quem é quem em alguns momentos.
O SAJU às vezes dói em mim como uma ferida, como qualquer coisa que não cicatrizou.
Em outros momentos, me reconforta, como o bom companheiro que sempre foi.
O SAJU faz três anos parecerem três décadas.
Faz tudo parecer pequenino e distante. Um pouco borrado, retrô, com cheiro de guardado.
Muda tanto, e tão rapidamente, que já dizia um bom companheiro que o SAJU é ingrato com seus
heróis. Reserva pouco àquelxs que deram seu sangue por ele.
Talvez seja uma forma gentil de dizer que o trabalho, no fim das contas, é coletivo.
E que tudo que você doar será, por excelência, sempre parte da coletividade.
Somos, assim, um vulto.
Uma sombra que se soma a tantas outras.
Uma massa em movimento, sem direito a medalhas ou troféus.
O SAJU é um fluxo constante, eterna disputa e deslocamento.
Relações de poder se atravessam de formas múltiplas, híbridas, complexas.
Ternura, ideologia, amizade, amor, ego... tudo se cruza e se complementa em um processo de
constituição de si e do outro.
Seus diversos grupos, seus diversos temas, suas múltiplas narrativas.
Todas sajuanas.
E diversas.
Como olhar para algo que amamos tanto? que nos dedicamos tanto? que constitui parte de nossas
vidas de forma tão intensa? e depois nos afastar e ver o SAJU desaparecer no horizonte.
E quando voltamos, ele está lá.
Mais intenso do que nunca, pronto para capturar-nos uma outra vez e fazer-nos dedicar mais uma
vida por ele.
Noites e noites sem dormir.
Horas e horas de reuniões.
Amizades e inimizades.
Abraços e conflitos.
Ônibus em zonas remotas.
Oficinas na periferia.
Medo do microfone.
Medo do medo.
Tudo isso é SAJU.
E porquê? O que, afinal, nos move? Como definir o vício sajuano?
Patrícia Becker (14/09/2013)

RESUMO

O presente estudo analisa as estratégias de resistência em uma assessoria jurídica em direitos sexuais e de gênero. A análise é feita a partir das vivências no grupo G8-Generalizando do Serviço de Assessoria Jurídica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU-UFRGS), tensionando as lógicas instituídas e buscando formas possíveis de operar para além dessas. A proposta metodológica para essa pesquisa foi a de pesquisa-intervenção e de intervenção fotográfica, utilizando-se de ferramentas da análise institucional tais como a construção de analisadores, a análise de implicação e o diário de campo. Partindo do pressuposto teórico foucaultiano de que vivemos em uma sociedade imersa em relações de poder, e compreendendo que a possibilidade de resistir está intrínseca a essas relações, buscamos nesse estudo visibilizar os momentos em que o grupo G8-Generalizando rompe com instituído em busca de práticas que transversalizem as formas de trabalhar. A imagem enquanto intervenção possibilitou provocar deslocamentos no grupo, funcionando como um dispositivo de tornar visível o invisível do visível. Assim, as imagens permitiram que os integrantes do grupo olhassem para as mais diversas fotografias produzidas ao longo dos anos de 2013 e 2014 e analisassem suas práticas. Dessa forma, colocamos em análise os momentos em que o grupo consegue transver, enquanto uma potência de criação e imaginação. Para esse percurso focaremos em três fluxos que oportunizaram pensar as estratégias de resistência dentro do grupo: a transdisciplinidade, o acolhimento e a militância. Esses analisadores surgiram ao longo das reuniões que participei enquanto pesquisadora e da problematização através das inúmeras fotografias que habitavam o campo de intervenção. As estratégias de resistência aqui pensadas mostram uma forma de transformação nas práticas do G8-G. Essas transformações tornam-se possíveis por constantes tensionamentos que são postos quando o grupo opera para fora da lógica normativa, tendo em vista que o Direito, a Psicologia e outras tantas disciplinas não dão conta de serem efetivas no acolhimento de sujeitos que desviam da norma. Por fim, esse estudo oportuniza visibilizar outras formas de se trabalhar em direitos sexuais e de gênero dentro de uma assessoria jurídica universitária. Essas formas se encontram pautadas pela ética do cuidado de si e comprometidas com práticas de resistência que problematizam aquilo que desvia da lógica disciplinar e de controle instituída.

Palavras chave: assessoria jurídica universitária, disciplina, resistência, gênero e intervenção fotográfica.

ABSTRACT

This study analyzes the strategies of resistance in a legal advisory group that works on sexual rights and gender. The analysis is made from the experiences in the G8-Generalizando group of Legal Advisory Service of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS-Saju), tensioning the established logic and seeking possible forms to operate beyond that. The methodology for this research was the research-intervention and photographic intervention, using institutional analysis tools such as the construction of analyzers, the implication analysis and the field diary. Starting from Foucault's theoretical assumption that we live in a society immersed in power relationships, and understanding that the ability to resist is intrinsic to these relationships, in this study we seek to visualize the times when the G8-Generalizando group breaks away with the established in search of practices that transversalize the ways of working. As intervention, the image allowed us to have displacements within the group, working as a device to make visible the invisible of the visible. Thus, the images allowed the members of the group to look at a variety of photographs produced over the years 2013 and 2014 and analyze their own practices. This way, we put under analysis the times when the group can transsee, as a power of creation and imagination. To this path we will focus on three flows that allowed us to think the strategies of resistance inside the group: the transdisciplinarity, the embracement and the militancy. These analyzers have emerged over the meetings I attended as a researcher and from the questioning through the several photographs that dwelt in the field of intervention. The strategies of resistance designed here show a form of transformation in the G8-G. These transformations become possible by constants tensioning that are set when the group operates to away of normative logic, given that the law, psychology and many other disciplines cannot be effective in the embracement of the ones who deviate from the norm. Finally, this study provides an opportunity to visualize other forms of working on sexual rights and gender within a university legal advisory. These forms are based on ethics of self-care and committed to practices of resistance that question what deviates from the disciplinary logic and established control.

Keywords: university legal advisory, discipline, resistance, gender and photographic intervention

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Desenho desconstruções de gênero.....	47
Figura 2 – Corpos desviantes.....	49
Figura 3 – Saias e Pernas.....	50
Figura 4 – Marcas.....	51
Figura 5- Encontros.....	53
Figura 6- Afetos.....	53
Figura 7- Composições.....	54
Figura 8 – Transver.....	55
Figura 9 – Foro central- Direito a Identidade.....	56
Figura 10- Desconstruções de Gênero.....	57
Figura 11- TRANSdisciplina.....	60
Figura 12- Amazon and Centaur (1912).....	65
Figura 13 – Imagem do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles- Deusa Artêmis – Venerada pelas Amazonas.....	66
Figura 14- As pescadoras – Joaquim Sorolla.....	68
Figura 15 – Pescadoras Valencianas – Joaquim Sorolla.....	68
Figura 16 – Acolher.....	72
Figura 17- Militância.....	76
Figura 18 – Instituído e Instituinte.....	81
Figura 19 – Luta.....	82
Figura 20 – Marcha das Vadias.....	83
Figura 21 – CISTema	84

LISTA DE SIGLAS

AJP – Assessoria Jurídica Popular

CEJAK - Centro Cultural James Kulisz

G8-G – G8- Generalizando

GAJ – Gabinete de Assistência Judiciária

GAJUP – Grupo de Assessoria Justiça Popular

LGBTQI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer e Intersexuais

PROEXT – Pró reitoria de extensão

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SAJU – Serviço de Assessoria Jurídica Universitário

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNISC- Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1. SOBRE AS ESCOLHAS, PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS.....	13
2. CAMINHOS PARA A INVESTIGAÇÃO.....	18
3. CAMPO DE ANÁLISE.....	23
3.1 Sociedade Disciplinar e de Controle: possibilidades de resistência	23
3.2 . Práticas em Gênero: Tensionando a lógica disciplinar.....	28
3.3 Uma breve contextualização da assistência e da assessoria no Brasil.....	33
3.4 O campo dos direitos sexuais e de gênero.....	35
4. CAMPO DE INTERVENÇÃO.....	40
4.1 SAJU - UFRGS.....	40
4.2 G8-G.....	42
5. VIVÊNCIAS NO CAMPO DE INTERVENÇÃO.....	46
5.1 Um percurso de imagens.....	46
5.2 Transdisciplinariedade e a potência dos encontros.....	59
5.3 Acolhimento como ferramenta política em uma assessoria jurídica.....	70
5.4 Interloquções entre movimento social e academia.....	76
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	90
ANEXO A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	94

SOBRE AS ESCOLHAS, PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS

Dissertar sobre um processo vivenciado em um espaço de pesquisa é sempre um desafio. É permitir que, ao pesquisar, possamos ser movidos pela curiosidade e pela vontade de saber, como nos diz Foucault (2014) na abertura do livro *A História da Sexualidade II*. E, a partir dessa vontade, buscar fluxos que possam narrar uma história. Para isso, tornou-se necessário estranhar o comum e produzir desconfortos em mim e no grupo, para que, juntos, pudéssemos provocar a nossa curiosidade e pensar práticas outras.

Esta dissertação se constrói nas vivências de ser trabalhadora de um grupo de assessoria jurídica universitária que trabalha especificamente com a temática dos Direitos Sexuais e de Gênero, mas também de ser uma pesquisadora em busca de processos de transformações micropolíticas¹.

Quando da escrita do projeto, eu tinha como objetivo principal me debruçar sobre as disciplinas psicologia e direito, para operar para “além” delas e das lógicas disciplinares. Esse desejo vinha de um percurso que começou na graduação em psicologia na Universidade de Santa Cruz (UNISC), quando estagiei em um gabinete de assistência jurídica universitária. Naquele espaço, o modelo de trabalho era calcado na assistência e não estava definido de antemão o que a psicologia faria. Cada estagiário construía seus projetos, alguns organizando grupos de acolhimentos de pessoas com questões jurídicas, outros focando mais nas questões da clínica e escutando as pessoas em sofrimento. A interação com a equipe de direito ocorria em alguns atendimentos, pois nem todas as equipes queriam a psicologia em suas salas. Foi nesse primeiro contato com o universo jurídico e na vivência da separação entre sentimentos e normas, que me interessei pelas contradições de ser psicóloga em um espaço que não se organizava exclusivamente pelos discursos disciplinares.

Ao término desse processo, já graduada, tomei conhecimento da seleção para psicóloga voluntária no Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade

¹ A micropolítica diz respeito ao modo que se encontram os níveis macro e micro, sendo que não necessariamente exista uma oposição entre eles. “Toda problemática micropolítica consistiria, exatamente, em tentar agenciar os processos de singularidade no próprio nível de onde eles emergem” (GUATARRI E ROLNICK, 1996, p. 130). A questão da micropolítica para esses autores seria como reproduzimos ou não os modos de subjetivação.

Federal do Rio Grande do Sul - SAJU/UFRGS, um programa de Extensão, que trabalha com serviço de assessoria jurídica universitária. Recordei dos momentos experienciados no estágio, e dos desafios para a invenção das práticas “psi”, e acreditei que este poderia ser um bom novo desafio: adentrar no universo de uma universidade pública, pensando o trabalho da psicologia e do direito. Depois de passar a fazer parte da equipe do G8-G, grupo que trabalha com Direitos Sexuais e de Gênero no SAJU-UFRGS, vi que a lógica que pautava o trabalho na UNISC, onde estagiei, era muito diferente da lógica da UFRGS. O G8-G se propunha trabalhar com assessoria popular, junto às comunidades, com um viés político bem presente e com discussões pós estruturalistas que permitiam pensar o trabalho realizado no campo de intervenção a partir dos três pilares da universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão. Algo havia em comum com o espaço do estágio: apesar de haver um discurso de horizontalidade bem presente e da psicologia adentrar as salas de atendimento como parte efetiva da equipe, encontrei, assim como na UNISC, um espaço de não-saber. Esse espaço, que não estava preenchido por prescrições de trabalho e por formas de ser psicóloga, se tornava um convite ao pensamento. O que pode uma psicóloga em um espaço de Direitos Sexuais e de Gênero? O que pode a psicologia em um espaço marcado pelas regras e normas? Perguntas, estas, muito parecidas com as que rondavam o meu estágio na UNISC. Uma diferença importante era que, no SAJU-UFRGS, elas tinham espaço para serem feitas e levadas para o grupo, mesmo que entre lágrimas.

O projeto foi escrito a partir destas questões, com ênfase na problematização dos lugares do direito e da psicologia no trabalho na assessoria jurídica universitária. Eu propunha ir além, convocava o transdisciplinar e o *transver*, sendo que estes seguem sendo discutidos nesta dissertação. Eu convocava borrar as fronteiras, mas constantemente marcava sua existência, ao diferenciar a Psicologia do Direito. Algumas pistas me levaram a abrir mão de nominar essas duas disciplinas ao longo do estudo que se seguiu. A primeira delas foi uma pergunta no Interloquções Metodológicas, que é uma atividade do mestrado onde apresentamos uma proposta preliminar do nosso projeto de dissertação para o público em geral e alguns convidados. Neste evento, uma estudante me questionou porque eu falava em psicologia e direito, se no G8-G haviam também assistentes sociais, artistas visuais, jornalistas e profissionais ligados às ciências sociais. Naquele dia defendi que era uma

escolha, pois não conseguiria dar conta de tudo e que gostaria de ver a potência desse encontro entre psicologia e direito. A segunda pista veio depois da qualificação e das discussões interessantes que nela apareceram, e a partir da leitura do projeto por uma amiga, que disse estranhar justamente o quanto eu marcava as disciplinas quando propunha operar para além delas. A partir destas questões, observei que os trabalhadores do G8-G não se reconheciam nessa dicotomia entre psicologia e direito. Essa separação, assim, era fruto da minha angústia em abrir mão e desacomodar uma formação acadêmica também disciplinarizada, para pensar este “novo” espaço de trabalho com direitos sexuais e de gênero na assessoria jurídica universitária. Esta foi a primeira transformação potente que o processo do pesquisar me proporcionou. O rompimento deste modo de lidar com as duas disciplinas para falar de transdisciplina foi um importante movimento para pensar as resistências operadas no campo da micropolítica. Surgiram novas questões e novas formas de contar essa história.

Vivenciar esses questionamentos fez com que fosse possível analisar o percurso trilhado entre disciplinas e me permitir abandoná-las para, assim, construir a problemática que me convocava à pesquisa, que me despertava curiosidades e me deixou dois anos vagando pelo mundo dos livros, das discussões e das noites mal dormidas. O que realmente me inquietava no campo de intervenção era a possibilidade de estratégias de resistência como uma potência para enfrentar as lógicas disciplinares que marcam o trabalho acadêmico. Eu queria ver o que podia ser construído nesse espaço em que a disciplina escapa.

Ao construir a problematização marcando duas disciplinas, eu estava apenas reforçando a sua existência e dizendo que elas poderiam construir um espaço “entre” elas. Na verdade, o que eu gostaria, era visibilizar os momentos onde conseguíamos provocar rachaduras nos modos instituídos de trabalhar, marcando a resistência como uma forma política de transformação das práticas. A partir disso, há uma reconfiguração do problema desta pesquisa, enfatizando *como se constroem estratégias de resistência às lógicas disciplinares e de controle no trabalho do G8-G em direitos sexuais e de gênero?*

Parto do pressuposto de que as resistências estão sempre a compor as relações de poder, pois segundo Foucault (1994) onde há poder, há resistência e vivemos imersos em relações de poder. Logo, mesmo que nem sempre as resistências sejam

visíveis, elas são uma condição para que falemos de relações de poder e não de dominação ou violência. Assim, esta pesquisa estaria voltada para visibilizar as resistências, tornando possível olhar para aquilo que é micropolítico, que rompe com os modos instituídos e disciplinares, podendo pensar o trabalho de um ponto de vista ético, como práticas reflexivas de liberdade (FOUCAULT, 2012 b).

Dessa forma, a ideia do *transver*, que compunha o problema de pesquisa no projeto, deixa de existir como objeto para acontecer como uma postura metodológica que indica um movimento que se torna ferramenta potente para visibilizar as resistências.

Desta problemática surgiu o objetivo geral deste estudo, que foi identificar como se constroem estratégias de resistência às lógicas disciplinares e de controle no trabalho do G8-G. E, como objetivos específicos tivemos: tensionar as disciplinas, buscando as lógicas disciplinares e de controle para, então, encontrar as linhas de resistência e fuga; dar seguimento às próprias inquietações do grupo G8-G frente ao seu trabalho; e, por fim, um objetivo de caráter metodológico, que foi provocar processos de intervenção institucional, ligados a pesquisa intervenção.

Esta dissertação está organizada em seis capítulos, para além destas considerações iniciais. O segundo capítulo traz os principais recursos teóricos e as escolhas metodológicas que foram feitas ao longo do processo da pesquisa.

O terceiro capítulo delimita o campo de análise, entendido aqui, como a “organização de conhecimentos históricos, políticos e conjunturais acerca do campo de intervenção no qual buscamos desenvolver um processo de investigação” (ROCHA, 2006, p.170). Para Barembliit (1992), situarmos um campo de análise implica em fazermos um recorte que oportunize a produção do conhecimento. Ele consiste em um espaço conceitual, uma temática do qual o pesquisador deseja se ocupar, podendo ser esta ampla ou restrita. Este terceiro capítulo será dividido em Sociedade Disciplinar e de Controle: possibilidades de resistência; Práticas em Gênero: tensionando uma lógica disciplinar; Uma breve contextualização da assessoria e assistência Jurídica no Brasil e o Campo dos Direitos Sexuais e de Gênero. A preocupação é trazer ferramentas que oportunizem a análise do campo de intervenção.

No quarto capítulo apresentarei o campo de intervenção, que é o espaço proposto para a pesquisa acontecer, onde foram planejadas as estratégias que foram concretamente vivenciadas durante a pesquisa. Neste capítulo serão apresentadas a contextualização do SAJU onde se encontra o grupo onde fiz o percurso da pesquisa, o Grupo de Direitos Sexuais e de Gênero- G8-G, que também será discutido, de forma mais específica.

No quinto capítulo discutirei as vivências no campo de intervenção, iniciando a problematização a partir de um percurso de imagens que possibilitaram tornar visíveis três problematizações de práticas disciplinares do G8-G, que apontam as estratégias de resistência: a transdisciplinariedade, o acolhimento e a relação entre movimento social e universidade.

No sexto capítulo farei as considerações finais acerca desse estudo, considerando o processo vivenciado ao longo de dois anos de trabalho como pesquisadora.

CAMINHOS PARA A INVESTIGAÇÃO

Nesta dissertação temos como principal recurso teórico os estudos foucaultianos. Assim, tomaremos as contribuições de Foucault para pensar as tensões que se produzem em um espaço de Assessoria Jurídica Universitária que trabalha especificamente com Direitos Sexuais e de Gênero. Neste processo estão implicados jogos de poder que modulam as relações, pressionam para algumas direções e instituem certas verdades como referência. Estes jogos de poder indicam poderes legitimados e resistências que, em jogo e em luta, produzem diferentes modos de subjetivação. Ressaltaremos conceitos como poder, resistência, disciplina e regimes de verdade, que serão operados ao longo da escrita. Lembramos ainda que para Foucault (1994) o poder é algo positivo, produtivo, que incita verdades e construções de saberes e está presente em todas as relações.

Para Foucault (2009) não há possibilidade de existir uma relação de poder sem resistência,

toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Cada uma constitui, para a outra, uma espécie de limite permanente, de ponto de inversão possível. Uma relação de confronto encontra seu termo, seu momento final (e a vitória de um dos dois adversários) quando o jogo das relações antagônicas é substituído por mecanismos estáveis pelos quais um dentre eles pode conduzir de maneira bastante constante e com suficiente certeza a conduta dos outros; para uma relação de confronto, desde que não se trate de luta de morte, a fixação de uma relação de poder constitui um alvo – ao mesmo tempo sua realização e sua própria suspensão (Foucault, 2009)

Foucault (2009) aponta que devemos analisar as instituições a partir das relações de poder e, na medida em que todo poder gera resistência, a análise do poder e das instituições deverá considerar as resistências e não somente suas formas de institucionalização e de legitimação. As tensões entre as práticas instituídas e os movimentos instituintes indicarão os jogos de poder e seus processos. O conceito de instituição é fundamental no processo de desenvolvimento deste estudo. Referido a partir da Análise Institucional, este conceito não é entendido como a estrutura física de um prédio ou organização, mas como os resultados sempre precários e inacabados dos jogos entre o instituído e o instituinte. Por instituído, referimos às práticas cristalizadas em nossa sociedade que se organizam em regimes de verdades. Já, por instituinte compreendemos os movimentos micropolíticos e de resistência que

tensionam as verdades legitimadas e produzem outras linhas de visibilidade, de práticas e de percursos.

A referência ao conceito de verdade está fundamentada no pensamento foucaultiano, que a define como um conjunto de processos que incita, produz, regula, circula e faz funcionar os enunciados (FOUCAULT, 2007a). Esse conjunto estará presente em todas as sociedades definindo estatutos próprio, interligando as relações de poder e formando os regimes de verdade.

Por fim, um conceito importante que será melhor trabalhado no capítulo sobre o campo de análise é o de disciplina, que marcará tanto as relações de saber quanto as de poder, legitimando formas de estar “no verdadeiro” (FOUCAULT, 2012, p.32). O poder disciplinar e o saber disciplinar constituem uma forma de pensar a sociedade, e podem ser percebidos nas regras, nas leis, nas normas e nas mais diversas visibilidades e dizibilidades que constituem modos de subjetivação.

A estratégia metodológica proposta para esse percurso foi a da pesquisa-intervenção. Ela teve como base o acompanhamento do grupo G8-G, utilizando-se de ferramentas da Análise Institucional tais como a produção de analisadores, a análise de implicação e o diário de campo.

Segundo Rocha (2006) a pesquisa-intervenção tem como principais ferramentas a análise das demandas, dos analisadores históricos e construídos, das transversalidades e também das implicações. Assim, o trabalho com pesquisa-intervenção referenciado pela análise institucional não é apenas uma questão de método, mas uma postura profissional e o entendimento das relações, dos grupos e das instituições a partir de um posicionamento político. Desta forma, o foco da pesquisa esteve nos processos e movimentos, tomando as práticas na sua complexidade e buscando desconstruir os binarismos, determinismos, especialismos e saberes tidos como verdades absolutas. Este foco foi, assim, definido para dar visibilidade aos modos de produção de existência e de resistência do G8-G.

Ao entendermos que toda pesquisa é uma intervenção, estamos convocando as vivências e experiências no processo do pesquisar, onde “o conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão a neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscente prévios a relação que os liga” (Barros e Passos 2009a, pg 30).

Conhecer a partir da pesquisa-intervenção é construir um espaço de

transformação que é possível pelo encontro entre pesquisador e pesquisado, e por isso acaba tendo implicações políticas.

O método, assim, reverte seu sentido, dando primado ao caminho que vai sendo traçado sem determinações ou prescrições de antemão dadas. Restam sempre pistas metodológicas e a direção ético-política que avalia os efeitos da experiência (do conhecer, do pesquisar, do clinicar, etc.) para daí extrair os desvios necessários ao processo de criação. (...) conhecer a realidade é acompanhar seu processo de constituição, o que não pode se realizar sem uma imersão no plano da experiência. (BARROS e PASSOS, 2009a, p.30)

Para Rocha (2006), partiremos do campo de análise para construirmos demandas que irão se interligar às que vão surgir do encontro entre pesquisador e pesquisado, posteriormente no campo de intervenção,

Para isso

o curso do trabalho desenvolve-se na perspectiva de transversalizar as análises, ou seja, de iluminar as instituições atravessadas nas práticas enquanto uma superação do limite da análise da verticalidade – relações sociais institucionalizadas, hierarquizadas e funcionais– e da análise da horizontalidade – relações imediatas e informais nos diferentes estratos (ROCHA, 2006, p.171).

Segundo Barros e Passos (2009), a intervenção sempre está associada a produção de analisadores, que são os acontecimentos de um grupo, aquilo que “catalisa fluxos, que produz análise, que decompõe” (idem, p.107). Os analisadores oportunizam a análise das múltiplas relações que compõe o campo de intervenção, referindo-se a acontecimentos que possibilitam emergir problematizações sobre as instituições invisíveis, ou seja, aquilo que não se encontra instituído e que a partir da produção de analisadores poderá vir a tona (LOURAU, 1993).

Para a construção de analisadores foram consideradas as experiências narradas no diário de campo, que segundo Lourau (1993) permite o conhecimento da vivência, possibilitando a compreensão das condições de produção intelectual. O mesmo não precisará ser redigido diariamente e auxilia no processo de análise de implicação, uma vez que nele estarão presentes a visão, as reflexões e as percepções subjetivas da própria pesquisadora. Por este motivo, o diário de campo pode denunciar contradições, temporalidades e questões institucionais, que auxiliam no processo de escrita da análise das vivências. Auxilia ainda, segundo Lourau (1993), em um processo de restituição constante, pois estamos sempre refletindo sobre nossas escritas e vivências. A restituição é um processo que traz, para o grupo de

trabalho, as produções que foram feitas no campo de intervenção e que servem para pensar as vivências do grupo. Algumas regras devem ser respeitadas, como o cuidado ao devolver assuntos delicados ao grupo, pois normalmente são assuntos que passam despercebidos ou que foram excluídos e que, ao serem restituídos, podem ser potentes ferramentas de análise. (LOURAU, 1993).

Além do acompanhamento do grupo e do diário de campo, também utilizei a ferramenta da análise de implicação. É importante ressaltar, que a análise de implicação é essencial para o processo de pesquisa-intervenção pois ela é uma ferramenta institucionalista que possibilita analisar o lugar que o pesquisador ocupa nas relações sociais.

Para isso poderemos considerar cinco categorias de análise propostas por Lourau citado por Paulon (2005): a implicação do sujeito-pesquisador com o objeto de pesquisa; a implicação com o local em que se realiza, com a instituição e com a equipe; a implicação nas demandas sociais; as implicações epistemológicas e ainda as implicações na escrita da pesquisa.

Barros e Passos (2009) salientam que a ideia de implicação compreende a análise do lugar que o pesquisador ocupa, que pretende ocupar e do que querem que ele ocupe. Dessa forma, “o importante para o investigador não é, essencialmente, o objeto ‘que ele mesmo se dá’ (segundo a fórmula do idealismo matemático), mas sim tudo o que lhe é dado por sua posição nas relações sociais, na rede institucional” (LOURAU, 2004, p. 85).

Ao pensar o projeto de pesquisa do mestrado, a escolha metodológica passava pela intervenção fotográfica. A proposta era realizar oficinas de fotografia que oportunizassem visibilizar os processos de resistência do grupo, problematizando as práticas a partir dessa intervenção. Ao ocupar o lugar de pesquisadora e após a apresentação do projeto para o grupo, percebi que o fotografar já estava muito presente no G8-G. Não era necessário o convite para uma oficina previamente programada, pois as atividades do grupo eram registradas constantemente, construindo fotografias que comunicavam suas formas de trabalhar. Assim, percebi que haviam narrativas produzidas a partir de fotografias feitas pelo grupo, por mim enquanto trabalhadora do grupo, e posteriormente por mim enquanto pesquisadora. Estas narrativas contavam esse percurso, permitindo intervenções para desacomodar as visibilidades instituídas e buscando ver o invisível do visível.

A fotografia, que sempre foi entendida como uma produção, e não prova ou representação, passou a agregar um outro significado, sendo entendida também como foto vestígio ou uma foto documental. “Uma foto não é apenas uma imagem (como uma pintura é uma imagem), uma interpretação do real; é também um vestígio, algo diretamente decalcado do real, como uma pegada, ou uma máscara mortuária” (SONTAG, 2004)

Realizei um percurso de buscar essas imagens através das minhas vivências como pesquisadora, e em um segundo momento retornei com essas imagens ao grupo, para que fosse possível reconhecer o caminho que foi vivenciado por mim, e acrescentar as suas outras vivências. Esta intervenção fotográfica, ao fazer este percurso de buscar os vestígios que foram sendo deixados através de fotografias, acabou por provocar o olhar, problematizando verdades instituídas, inclusive por mim.

Para Tittoni et al. (2010), trabalhar com fotografia como intervenção na pesquisa permite que se discuta a intenção de quem fotografa, o impacto de quem vê e as diferentes formas do olhar, podendo problematizar, assim, os modos instituídos de ver e de viver e produzindo desconforto dos sujeitos implicados nestes processos.

As fotografias haviam sido produzidas, e elas permeavam nossas intervenções, banners, cartazes, eventos e formações. Seria, então, necessário, olhar para esse material, problematizando o que ele visibiliza. Tomei esse olhar como elemento para contar uma história das resistências às lógicas disciplinares e de controle dentro do grupo G8-G.

Dessa forma, as escolhas metodológicas foram sendo feitas no decorrer do caminho, levando em consideração o inesperado e o imprevisível. Buscar conhecer a construção de um objeto, segundo Barros e Passos (2009a), é se dispor a caminhar ao lado dele, construindo-se o caminho e, como nos sugere Foucault (2005) vivenciando a pesquisa como uma atitude, em busca de um percurso ético.

Os elementos para a produção do campo de análise, assim, são de origem teórico-conceitual, tais como as noções de poder, resistência e disciplina referenciados, sobretudo, em Michel Foucault. Também são de cunho metodológico, ressaltando os jogos de visibilidade (e de verdade), buscando as tensões entre os modos instituídos de ver e de viver e os processos instituintes como suas potências de transformação e de subversão

CAMPO DE ANÁLISE

Neste capítulo construiremos ferramentas que nos oportunizem colocar o campo de intervenção em análise. Assim, propomos uma discussão principalmente sobre a sociedade disciplinar e de controle, que através de jogos de poder constroem regimes de verdade, que ditam a forma que vivemos em sociedade. Compreender, a partir de Foucault, o conceito de disciplina e como este se organiza produzindo modos de subjetivação é fundamental para analisarmos as resistências e os movimentos que escapam a norma e que se organizam entre as brechas dos modos instituídos de ver e de viver.

A assessoria e a assistência jurídica, os direitos sexuais e de gênero e as concepções de gênero, são formas legitimadas do saber e, por isso, espaços de tensão entre poderes e resistências. Ao discorrer sobre eles, pretendo mostrar que instituem lógicas disciplinares e de controle, que vão orientar uma forma de trabalhar, de compreender os direitos e de subjetivar as práticas. Ao situar a Assessoria e a Assistência no Brasil, bem como ao trazer os Direitos Sexuais e de Gênero e como eles vem sendo compreendidos, pretendo colocar os mesmos em análise, pensando no campo de intervenção, onde tornou-se possível encontrar fraturas nessas lógicas disciplinares.

Dessa forma, assim como trago a discussão da sociedade disciplinar que opera conceitos importantes para compreensão do campo de intervenção, trago as discussões de gênero para potencializar a abertura das práticas e sua análise.

Sociedade disciplinar e de controle: possibilidades de resistência

Ao estudarmos as escritas foucaultianas, encontraremos dois usos do termo disciplina. Em um primeiro momento, em uma aula ministrada em 2 de dezembro de 1970, intitulada “A ordem do discurso”, Michel Foucault trabalhou a ideia de disciplina enquanto saber, sendo entendida como uma forma de controle da produção discursiva em uma sociedade. Anos mais tarde, no livro *Vigiar e Punir* de 1977, Foucault introduziu o estudo da disciplina também na esfera do poder, onde, através de um conjunto de técnicas, esta iria produzir singularização e o controle dos corpos.

Apesar dos dois momentos serem visíveis na sua obra, ambos, segundo Castro (2009), não são conceitos sem relação. Ainda que o poder disciplinar sobre os corpos tenha tido mais espaço para discutir as questões de governo, é através do estudo da disciplinarização dos saberes que poderemos entender as relações de saber/poder.

A noção de disciplina pode ser visualizada desde o início do cristianismo, onde, ao ser pensada a partir do saber, delimita discursos e define um campo em que algumas proposições serão tidas como verdadeiras e outras não. Dessa forma, a disciplina como saber irá determinar o que um enunciado precisa ter para estar no verdadeiro, estabelecendo assim, sobre quais objetos se pode falar e quais metodologias, instrumentos e técnicas serão aceitos como verdade. É nesse processo de disciplinarização que surge a ciência (CASTRO, 2009).

Foucault fará uma distinção entre aquilo que é ciência e o que é a genealogia do saber. Enquanto a primeira se deterá ao que está sendo dito como verdade, a segunda se dará como uma prática discursiva de resistência que problematiza a própria produção do saber e do conhecimento científico. Deste modo, desfaz a estratégia do Iluminismo, que faz crer nessa ciência positivista e que se legitimaria em uma verdade em essência.

Foucault (2012) nos mostra que em toda sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada e organizada. Deste modo, todos sabemos que não podemos falar sobre tudo e que existem regras para um saber ser reconhecido.

A partir do século XIX, o sistema penal também vai buscar a verdade e, não se dando por satisfeito apenas com as teorias do direito, encontra no saber da medicina, da sociologia e da psicologia outros recursos para legitimar suas práticas como verdadeiras.

Parece-nos então que estaríamos imersos em uma verdade universal, quando o que Foucault (2012) nos mostra é que estaríamos assujeitados a diversas práticas que se instituem para definir um saber tido como verdadeiro, ignorando todos aqueles que podem tensionar a verdade legitimada. Para Foucault “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente de regras” (2012, p.34). Assim, não basta apenas que saibamos tudo aquilo que se produz como verdade dentro de uma disciplina, mas que entendamos os jogos do que é estar no verdadeiro.

Na terceira parte do livro *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) vai especificar o que entende por poder disciplinar, a partir da disciplinarização dos corpos. Um corpo será dócil quando puder ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 1987, p. 127).

Assim, a disciplina de alguma forma regula e aumenta a utilidade dos corpos, mas diminui a capacidade política, dissociando o poder do corpo. Foucault (1987) nos mostra que o poder disciplinar sobre os corpos é uma multiplicidade de processos, muitos deles sutis, de diferentes origens e que funcionam em espaços diversificados, como escolas e hospitais. Nesses espaços existem saberes disciplinares, que em relação com o poder disciplinar, atuam para produzir sujeitos enquadrados em regimes de verdade.

Vemos então dois movimentos: enquanto o saber disciplinar produz verdades sobre os mais amplos aspectos da vida e da morte, o poder disciplinar atua com inúmeras técnicas para que esses saberes sejam impressos nos corpos.

As técnicas de poder vão desde as mais incisivas, como controles de horários, presenças em escolas, controle de como manipular objetos, até as mais sutis, como a internalização do controle. O exercício da disciplina supõe um jogo de olhar, segundo Foucault (1987), onde é necessário que se saiba que sempre se pode estar sendo visto. “Trata-se de fazer possível um poder do “ver sem ser visto” que assegure seu funcionamento múltiplo, automático e anônimo” (CASTRO, 2009, p.112).

Castro (2009), discutindo os escritos de Foucault sobre disciplina, nos mostra que esta é um modelo político para todas as ciências humanas.

Para Foucault, citado por Castro (2009), assim como na idade média havia os soberanos que instituíam a disciplina, atualmente a família ocupa esse espaço. Na família encontraremos mecanismos que articulam diferentes dispositivos disciplinares e que asseguram a entrada do indivíduo em dispositivos tais como o trabalho, a escola, o gênero, entre outros.

Para que uma sociedade disciplinar se estabelecesse foi fundamental fortalecer a ideia de família, e quando esta entra em crise, tornam-se necessários mecanismos disciplinares para remediar essa situação. Um forte substituto para a família seria,

segundo Foucault citado por Castro (2009), a função psi, que englobaria toda a gama de psicologia, psiquiatria, psicanálise, psicossociologia, psicocriminologia, entre outras.

A função psi se estende sobre todos os sistemas disciplinares (escola, prisão, exército, fábrica, etc.), dando conta daqueles que seriam os indisciplinados, que não se adaptariam ao poder soberano da família. No século XX, para Foucault, a função psi se converteu em discurso e controle para todos os sistemas disciplinares.

Nardi e Silva (2004), ao discutirem sobre a emergência de um saber psicológico e as políticas de individualização, diferenciam a sociedade disciplinar da sociedade de controle. Importante salientar que ainda que a noção de disciplina persista, ela se modifica ao longo da história. Na sociedade disciplinar era necessário que se imprimisse controles visíveis, para que os corpos fossem docilizados. Posteriormente o controle passa a permear toda a sociedade – sociedade de controle, fazendo com que as disciplinas sejam introjetadas e reconhecidas como decisões individuais e autônomas, quando o que está em jogo é o controle através de práticas subjetivas de assujeitamento.

Dessa forma, “o controle é (...) uma intensificação e uma generalização da disciplina, em que as fronteiras das instituições foram ultrapassadas, tornadas permeáveis, de forma que não há mais distinção entre o fora e o dentro” (Hardt citado por Nardi e Silva, 2004, p.192).

Teremos uma lógica disciplinar presente, mas dessa vez de forma mais inconstante, fazendo parte de processos subjetivos mais sutis. Não se tratando apenas da disciplinarização dos corpos, mas de controlar os investimentos do desejo no campo social.

Convém salientar que assim como entendemos o poder como algo produtivo e positivo, da mesma forma, segundo Nardi e Silva (2004) entenderemos aqui o controle e a disciplina “como um processo de maximização da produtividade centrado na constituição dos sujeitos pelo desenvolvimento de determinadas tecnologias de si” (p.194).

Ao nos depararmos com essa lógica que organiza saberes, marca corpos e controla populações, não podemos esquecer que, para Foucault (1994), sempre teremos a possibilidade de resistir a esses modos de assujeitamento. A resistência nunca é exterior ao poder, pois este só existe em função de múltiplas resistências que

são adversárias ao poder legitimado. As resistências funcionam como alvo, como pretexto para uma intervenção, como apoio e estão por toda a parte.

Não existe um único adversário às formas que se instituem na lógica disciplinar, mas sim resistências micropolíticas, se organizando por todo o tecido social e tensionando os regimes de verdade. Existem

várias resistências, que são casos de espécies diversas: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, concertadas, rastejantes, violentas, irreconciliáveis, prontas a transação, interessadas ou sacrificiais; por definição, elas não podem existir senão no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 1994, p. 99)

Foucault (1994) ainda salienta que as resistências podem se organizar de forma regular, a vir a formar grupos, pontos de resistência, alguns definitivos, que podem causar grandes rupturas. Com mais frequência, vemos pontos de resistência transitórios, como fluxos que se movem e que provocam pequenas rachaduras nos instituídos, podendo ocasionar novas formas de se organizar ou pequenas transformações. E estas formas de organização das resistências tornam possível pequenas revoluções, pois assim como o poder é capilar em toda sociedade, as resistências se organizam da mesma forma.

As sociedades contemporâneas não são apenas sociedades disciplinares e de controle, mas também de normatização dos indivíduos e das populações. E por isso veremos que, apesar de ainda podermos falar de um poder disciplinar que está presente no controle dos corpos individuais, existe toda uma tecnologia para dar conta de regular a população através da biopolítica.

Ao entendermos esses jogos de poder na sociedade, não devemos pensar que primeiramente havia uma sociedade de soberania, para depois adentrarmos a sociedade disciplinar e, por fim, a sociedade do governo das populações. Elas estão em relação, formando um “triângulo soberania-disciplina-gestão governamental, cujo objetivo fundamental é a população, e seus mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança” (CASTRO, 2009, p.114)

Para Nardi e Silva (2004), a resistência atualmente está muito mais presente em técnicas de si sobre si, do que em uma luta contra a disciplina. Compreender o funcionamento de uma sociedade disciplinar e de controle é fundamental para nos inquietarmos frente a essas lógicas de assujeitamento, em busca de práticas reflexivas de liberdade.

A perspectiva da ética como prática reflexiva da liberdade e de transformação da experiência da vida em obra de arte (a temática da estética da existência) são ferramentas poderosas de luta e de disputa no jogo dos poderes e verdades hoje, uma vez que nossas sociedades são marcadas pelos dispositivos de controle que sustentam o estado de dominação contemporâneo, marcado pelos modos de assujeitamento do capitalismo imperial. (NARDI e SILVA, 2004)

Ao estarmos inseridos em um espaço que trabalha com Direitos Sexuais e de Gênero, nos vemos regulados por diversas práticas que instituem formas de vivenciar o gênero e a sexualidade. O poder disciplinar marca nos corpos, também, formas de ser homem e mulher, construindo um corpo docilizado, normativo e adaptado aos regimes de saber/poder. Nestes jogos de poder e de verdade, o gênero é vivenciado também como resistência, quando escapa às lógicas instituídas e mostra, nos corpos, os desvios, as possibilidades que não se encerram na dicotomia do masculino e feminino, se tornando um espaço rico de análise dessa tensão entre os regimes de verdade e as resistências.

Práticas em Gênero: Tensionando a lógica disciplinar

Neste estudo o conceito de gênero pode ser considerado como uma potência na abertura das práticas para análise e transformação em uma assessoria jurídica universitária. Ao discutirmos a partir de uma perspectiva pós estruturalista e dos estudos *queer*, acabamos tensionando as disciplinas instituídas e fechadas em suas verdades a abrirem-se para a desconstrução que o gênero pode proporcionar.

A proposta aqui não é estudar gênero somente do ponto de vista de um saber naturalizado sobre os corpos, mas como fruto dos jogos de poder, que acabam por fixar regimes de verdades e que também podem ser espaços de resistência. Assim, a ideia é pensar o gênero como um dispositivo, tal qual sugere Revel (2005) quando se refere ao conceito de dispositivo em Foucault enquanto técnicas, estratégias e formas de assujeitamento e de resistência ao poder.

Michel Foucault (2007b), questionado a respeito do dispositivo da sexualidade, nos traz três considerações a respeito de um dispositivo. Primeiro ele nos mostra que o dispositivo é um conjunto heterogêneo, que engloba diferentes discursos, instituições, regras, leis, a ciência, a filosofia, a moral, entre outros. O dispositivo é estabelecido pela rede entre esses elementos. Em segundo lugar, ele nos mostra que sempre existe algum tipo de jogo entre esses elementos, que fazem com que

modifiquem posições e/ou funções. Por fim, Foucault atenta que o dispositivo tem uma formação estratégica de dominação.

Dessa forma, como nos aponta Foucault (1994) a respeito do dispositivo da sexualidade e da aliança, pensamos aqui no gênero enquanto dispositivo que funciona de modo a produzir e amalgamar formas de ser sujeito e de vivenciar a sexualidade. Colocado nos jogos de poder e de verdade, o dispositivo tem a função estratégica de pressionar e orientar a fixação de certas formas de ver e de vivenciar como verdades.

A concepção contemporânea de gênero está enraizada na célebre afirmação de Simone de Beauvoir de que “não nascemos mulher, nos tornamos” e também nos movimentos organizados por mulheres feministas no período pós guerra. Segundo Haraway (2004, p. 211) o “gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta”.

Para a autora, o gênero até a década de 60 foi pensado a partir da lógica burguesa, dominada por homens e de cunho individualista. Seu conceito foi produzido a partir de diferentes componentes como a emergência da psicanálise freudiana, a psicopatologia, a sexologia, a ciência médica, os estudos neurais, entre outros. A concepção de gênero era uma essência a ser descoberta pela ciência da época.

Em 1963, Stoller apresentou o termo *identidade de gênero* ao congresso de Psicanálise em Estocolmo, formulado a partir da distinção entre biologia e cultura e entendendo que o sexo estava vinculado a biologia e o gênero, a cultura.

A versão da distinção natureza/cultura no paradigma da identidade de gênero era parte de uma vasta reformulação liberal das ciências da vida e das ciências sociais no desmentido do pós-guerra, feito pelas elites governamentais e profissionais do ocidente, das exposições de racismo biológico de antes da Segunda Guerra (HARAWAY, 2004, p.217).

Para Louro (2008), o conceito de gênero está ligado à história do movimento feminista contemporâneo, onde são identificadas as chamadas primeira e segunda ondas. A primeira onda é caracterizada por manifestações no século XIX, no Ocidente, pelo direito ao voto para as mulheres, marcando lutas principalmente sociais e políticas. Já na segunda onda, na década de 60, dá-se início às construções teóricas. Foi então que as feministas adentraram as universidades e os espaços de produção do conhecimento, realizando diversas pesquisas nas áreas da Antropologia, Sociologia, Educação, Literatura, Psicologia, entre outros. Um aspecto importante desta produção era justamente a falta de neutralidade por parte das escritoras que se

autorizavam a ser parte do estudo, escrevendo em primeira pessoa.

Haraway (2004) aponta que o discurso das diferenças entre gênero e sexo nos Estados Unidos surgiu com força nos anos setenta e oitenta, sendo trabalhados principalmente na sociologia e na psicologia.

Esses debates foram importantes para construir um contraponto à forte ideia de que homens e mulheres eram diferentes biologicamente e por isso deveriam desempenhar papéis diferentes. Segundo os estudos feministas:

é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é o feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. (LOURO, 2008, p.21)

Ao longo do tempo, os discursos sociais, científicos e religiosos contribuíram para a estabilização do binarismo dos corpos, reforçando a perspectiva de que as diferenças eram algo natural. Dessa forma, passamos a pensar o gênero enquanto uma essência em conformidade com o biológico, como se fosse possível encontrarmos um “sexo verdadeiro” (FOUCAULT, 2012a). Desde uma perspectiva genealógica da constituição do sujeito, no entanto, o sexo e o gênero aparecem como resultado das práticas e relações de poder. Assim, sobre gênero e sexo “não criamos ou causamos as instituições, os discursos e as práticas, mas eles nos criam ou causam, ao determinar nossa sexualidade, nosso gênero.” (SALIH, 2012, p.21) Esta problematização não busca negar o biológico, segundo Louro (2008), mas enfatizar que este está interligado a uma construção social e histórica.

Ao instituir-se a ideia de um sexo e gênero natural, como nos mostra Machado (2005), percebemos que

os corpos vão sendo, assim, classificados e percebidos como masculinos ou femininos e há toda uma engenharia tecnológica, no caso da medicina, dedicada a encontrar o “sexo verdadeiro”, apesar de todas as variações que a anatomia possa apresentar e de todas as incertezas da própria medicina (MACHADO, 2005, p.21)

Considerada uma das primeiras teóricas *queer*, Judith Butler contribuiu para uma epistemologia que surgiu de estudos sobre o sujeito, utilizando teorias feministas,

pós estruturalistas e psicanalíticas. A teoria queer se apropria de um termo que era tido como insulto e de difícil definição, identificando bem o que esta teoria quer representar: algo que “não está preocupado com definição, fixidez ou estabilidade, mas é transitivo, múltiplo e avesso a simulação” (SALIH, 2012, p.19). Trabalhar com essa teoria é problematizar a ideia de “o *sujeito*” em sua essência, tensionando as identidades sexuadas e generificadas.

Dessa forma, Butler (2000) sugere que o sexo trabalha em uma lógica de ideal regulatório para assim governar, produzir, demarcar e diferenciar os corpos que controla. Essa regulação precisa ser constantemente reiterada, denunciando a não naturalidade do processo, ou seja, desde criança existe uma performance aprendida, que se dá pela repetição de símbolos culturais, que passam a moldar a construção de corpos femininos e masculinos. Deste modo, o gênero torna-se uma performance, um ato intencional repleto de significado. Para Butler (2000), a performatividade nunca é um ato singular, pois é sempre uma repetição de um conjunto de normas.

Portanto, não se pode pensar a materialidade dos corpos separada da norma que os regula. Não há uma imposição do gênero sobre o corpo, mas uma relação de poder que passa a engendrar discursos que performatizam a materialidade. Segundo Butler, referenciada por Salih (2012), não há sexo que não seja ligado a gênero, não havendo um corpo naturalizado que exista antes das dizibilidades e das visibilidades da cultura. Isso mostra que gênero é algo que fazemos e que produzimos, não sendo algo que somos em essência.

Recentemente em um artigo intitulado Regulações de Gênero, Butler (2014) ressalta que afirmar que existe uma regulação de gênero é compreender que existem diversas leis, regras e políticas que trabalham para tornar as pessoas “normais”. A autora aponta que para que haja essa regulação, não basta que o gênero seja pressionado por uma força externa, pois

o poder regulador não age apenas sobre um sujeito pré-existente, mas também delimita e forma esse sujeito, além disso, toda forma jurídica de poder possui efeito de produção (...) tornar-se sujeito de uma regulação equivale a ser assujeitado por ela, ou seja, tornar-se sujeito precisamente porque foi regulado. (BUTLER, 2014, p.252)

Butler (2014) lembra que quando Foucault mostra que a disciplina produz

corpos dóceis, ele não está se referindo apenas a utilização desses corpos, mas sim a sua constituição ativa. Para Butler (2014), a disciplina forma ativamente os corpos que regula.

Pensar gênero através de uma ótica foucaultiana nos permite, segundo Louro (2008), romper com a lógica dicotômica entre dominante e dominado, pois passamos a entender que o poder é capilar, estando presente em todas as relações. Dessa forma, conforme Foucault (1994), onde há poder, existe possibilidade de resistência. O poder estará intimamente interligado à possibilidade de resistir.

Assim,

homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem portanto, nas e pelas relações de poder. (LOURO, 2008, p.41)

Para Campagnoli (2012), estudar um dispositivo de gênero seria dar continuidade aos estudos foucaultianos, ressignificando o poder e seus dispositivos no contexto de uma era pós industrial.

O gênero, segundo a autora, poderá ser percebido como um dispositivo através do qual se produzem percepções sensoriais que tomam a forma de afetos, desejos e crenças. Assim, o gênero como dispositivo permite produzir sujeitos que pensam e atuam como corpos individuais, que se reconhecem como espaços e propriedades privadas, mas que também compartilham uma identidade de gênero e uma sexualidade fixada. Como nos mostra Preciado, citada por Campagnoli (2012), a certeza de sermos homens ou mulheres é produzida por um conjunto de tecnologias de domesticação do corpo que acabam por fixar e delimitar nossas potencialidades, funcionando como um filtro que produz distorções e enquadramentos.

Llombart e Leache (2010) propõe que o dispositivo de gênero realizaria duas operações principais: por um lado produziria a própria dicotomia de sexo e das subjetividades vinculadas a ele e, por outro, regularia as relações de poder entre homens e mulheres.

Butler (2014) nos mostra que o gênero institui seu próprio regime regulador e disciplinar e, assim, pode ser entendido como uma norma que opera no âmbito da normalização. As normas são, na maioria das vezes, implícitas na sociedade e

governam permitindo que determinadas práticas sejam reconhecidas e outras não. Ao entendermos gênero como uma norma, desviar-se desta seria produzir “anormalidades”.

Gênero não é exatamente o que alguém “é” “nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. (BUTLER, 2014, p. 253).

Assim, ao mesmo tempo em que gênero é um mecanismo que legitima o masculino e o feminino, ele também pode ser forma potente de desconstrução e desnaturalização destas formas naturalizadas.

Uma breve contextualização da assistência e da assessoria no Brasil

O G8-G é um grupo que trabalha especificamente com Direitos Sexuais e de Gênero e faz parte do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU-UFRGS). Assim, torna-se importante compreendermos como a Assessoria Jurídica Universitária vem sendo trabalhada na universidade, para pensarmos como se desdobra nos espaços e temas específicos onde se realiza como uma prática de profissionais e estudantes.

A grande maioria das universidades de direito no Brasil oferece aos seus graduandos a possibilidade de experienciar a prática a partir de núcleos de práticas jurídicas – na maior parte das universidades, são escritórios modelos - que compõem parte fundamental da formação do estudante de direito.

Segundo Lopes e Maia (2009), os escritórios modelos compõe a atuação jurídica dita tradicional, positivista e formalista, que acaba, muitas vezes, por mostrar-se insatisfatória por não considerar os conflitos sociais.

Nos anos 60, como uma prática de resistência ao regime político autoritário e ditatorial que o país vivenciava, começa a se discutir a assessoria jurídica popular (AJP) no Brasil. Até a emergência desta perspectiva, os estudos no campo do direito eram majoritariamente legalistas e sem espaço para a discussão social. (SOUZA JUNIOR, 2006).

As AJPs surgem em contraposição à assistência jurídica que, segundo Lopes e Maia (2009), não vinha oferecendo atendimentos efetivos aos sujeitos, por não levar em consideração as questões sociais implicadas nas suas demandas. Dessa forma,

as assessorias passam a ter caráter popular, ressaltando a defesa dos Direitos Humanos e voltando seus trabalhos para comunidade. Ganham espaço de discussão e de atuação dentro de algumas universidades, através de projetos de extensão universitária.

Boaventura de Sousa Santos (2007) salienta que no Brasil temos duas categorias opostas: os escritórios modelos e as assessorias jurídicas populares. O primeiro está vinculado a uma prática individualista e despolitizada e a segunda, a uma prática solidária, atenta a conflitos estruturais e questões políticas.

Ao contribuírem para uma práxis diferenciada, dialógica e multidisciplinar, as assessorias universitárias populares desempenham um papel importante não só na reconstrução crítica do direito, da justiça e do ensino jurídico hegemônicos, mas também na redefinição do lugar social da universidade. (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 2007, p 40)

Essas inquietações iniciam, segundo Barroso (2003), a partir do século XX, onde o direito não se vê capaz de dar conta dos anseios de coletividade, operando a partir de leis que beneficiavam a classe dominante. Segundo Luz, citado por Lopes e Maia (2009), uma forma mais crítica para pensar a sociedade tornou-se necessária, onde o trabalho fosse pautado por uma postura ética, política e condizente com a atualidade.

A teoria crítica do direito vai questionar a objetividade buscada através da neutralidade, mostrando que a indeterminação da norma é uma marca do direito, sempre dando margem para várias formas de interpretar o mesmo fato e com diversas possibilidades de dar conta dessa demanda, inclusive com outras estratégias que não aquelas ligadas às formas jurídicas. (BARROSO, 2003).

Este pensamento servirá de base para a prática da assessoria jurídica popular no Brasil. A teoria crítica alavanca o entendimento e a necessidade de construir um direito mais humano, que não esteja somente calcado nas leis, mas que pense a partir de uma perspectiva social e onde as normas possam refletir desejos coletivos. Essa proposta é bastante similar com a do direito alternativo, que desloca seu foco da academia para as ruas, contribuindo para um direito novo, que irá buscar uma concepção pluralista. Desde este ponto de vista, as leis serão apenas uma das expressões possíveis, e não serão confundidas com os direitos providos pelo Estado, pois haverá outros espaços de produção de direitos. (LOPES E MAIA, 2009).

Fundamentada nessas discussões, a assessoria jurídica popular não se trata de uma nova teoria, mas de uma possibilidade de consolidar uma outra forma de fazer direito, mais implicado com o coletivo e com as demandas sociais.

Lopes e Maia (2009) identificam algumas características das AJPs. Entre elas, a opção por demandas coletivas, a desmistificação do direito, o envolvimento dos sujeitos no processo e a possibilidade de um trabalho interdisciplinar.

A partir das discussões de direito crítico dentro da universidade, e das inquietações frente às práticas realizadas em escritórios modelos, os estudantes começam a se organizar em projetos de extensão universitário para desenvolver a prática da AJP.

Luz citado por Dias (2011), nos mostra que o material teórico sobre assessoria ainda é bastante escasso. A diferença mais marcante entre a assistência e a assessoria é que a última está embasada em uma teoria crítica, tendo como referencial importante o marxismo e trabalhando na lógica de empoderamento das comunidades e dos sujeitos demandantes. Para Dias (2011), a comparação entre os conceitos de assistência e assessoria traz o risco da criação de uma visão dicotômica, onde a assistência priorizaria o paternalismo e o foco individual e a assessoria estaria ligada ao coletivo e a emancipação.

Como mostram Gomes et al. (2010), as assessorias jurídicas populares deverão ter o objetivo de estimular o diálogo e a troca de experiências sobre a extensão universitária, fomentando o ensino e a pesquisa, que se tornam eixos indissociáveis para o trabalho nas AJPs.

O campo dos direitos sexuais e de gênero

Segundo Alimena (2011), a entrada das mulheres no universo jurídico acabou tensionando alguns direitos que, até então, eram pensados prioritariamente para homens, trazendo para pauta os direitos sexuais e de gênero. A sexualidade da mulher, a possibilidade do divórcio, a construção da Lei Maria da Penha, o reconhecimento do casamento civil de pessoas do mesmo sexo e a retificação de registro civil para pessoas transexuais e travestis só passaram a ser possíveis a partir de um olhar para os direitos humanos de pessoas que não eram vistas como sujeitos de direito.

Mattar (2008) salienta o quanto o direito foi pensado para homens e é repleto de lacunas ao pensar nas mulheres e na população LGBTQI. Alimena (2011) mostra como até 1960 a mulher só passava a existir na questão dos direitos, quando casada e subordinada ao marido. Se criança e adolescente dependia do pai e, quando casada, do marido. E caso permanecesse solteira, seria civilmente capaz, mas estaria a margem socialmente, salvo algumas exceções. Ainda encontramos este entendimento nos dias de hoje quando, no casamento civil, o juiz de paz declara o homem como marido, ou seja, alguém que passa a receber uma nova função, e a mulher, como mulher, ou seja, passa a existir como pessoa.

Após 1960 foram criadas diversas leis no Brasil e, entre elas, a mudança na legislação civil em 1962. Esta mudança foi considerada a primeira e mais significativa por reconhecer a capacidade jurídica de mulheres casadas.

A incapacidade feminina foi norma influenciada pelo código Napoleônico (1804) no qual a mulher casada era significada como propriedade do marido, existente na família e para a família, sendo sua função gerar filhos. O marido devia proteção a esposa, que lhe devia, em troca, obediência (Alimena, 2011, p 39)

As modificações em 1962 passam a dar à mulher o lugar de colaboradora do marido, tendo ela a possibilidade de recorrer ao judiciário. Essas modificações permitiram, também, que a mulher trabalhasse e decidisse sobre sua herança.

Após essas modificações na legislação, a Lei do Divórcio de 1977, foi o segundo maior avanço em termos de leis de gênero, pois passou a ser facultativo o uso do sobrenome do marido. Por outro lado, a lei confirmou o dever da mulher em zelar pela moral familiar. Em caso de divórcio, a mulher não perderia o sobrenome do cônjuge, e a pensão alimentícia seria um direito, passando a não estar mais ligada a pobreza e inocência da mulher.

Segundo Dias citada por Alimena (2011) em 2002 houve modificações no código civil que colocaram homem e mulher como iguais perante a lei, mas com uma leitura cuidadosa ainda encontra-se resquícios do patriarcado e do preconceito contra mulheres e principalmente com pessoas LGBTQI. Tal fato mostra que a luta no campo dos direitos sexuais e de gênero ainda tem um longo percurso.

Segundo Mattar (2008) os direitos sexuais, por muito tempo, não foram reconhecidos pelo direito positivo da mesma forma que os direitos reprodutivos. A autora salienta que isso acontecia por uma confusão conceitual que compreendia que

a sexualidade envolvia obrigatoriamente a reprodução. Logo, falar de direitos reprodutivos, para os legalistas, era invocar os direitos sexuais.

Mattar (2008) faz uma diferenciação entre eles, mostrando que os direitos reprodutivos referem-se à livre decisão e responsabilidade sobre ter filhos e o acesso à informação sobre esta temática. Enquanto que os direitos sexuais dizem do direito de exercer a sexualidade e a reprodução livre de discriminação, coerção ou violência. Ao falarmos de direitos sexuais, acabamos adentrando ao campo do direito internacional, tendo em vista que grande parte das políticas pensadas nessa área foram tensionadas a partir de conferências internacionais das Nações Unidas, onde mulheres de todos os países puderam levar para pauta vivências significativas para garantir os direitos humanos.

Segundo Mattar (2008) os direitos sexuais começaram a ser discutidos dentro do movimento LGBTQI e por algumas correntes feministas na década de 80 a partir da epidemia do vírus HIV. Mas foi somente na IV Conferência Mundial sobre a mulher, que aconteceu em 1995, que encontramos no parágrafo 96 da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, a instituição dos direitos humanos das mulheres incluindo o direito

a ter controle e decidir livre e responsavelmente sobre questões relacionadas à sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livre de coação, discriminação e violência. Relacionamentos igualitários entre homens e mulheres nas questões referentes às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito pela integridade da pessoa, requerem respeito mútuo, consentimento e divisão de responsabilidades sobre o comportamento sexual e suas consequências. (Mattar, 2008, p 64)

Mattar (2008) salienta que, pela primeira vez, as mulheres foram consideradas seres sexuais e que, apesar de haver a tentativa de incluir esse assunto na pauta de outras conferências, somente em Pequim é que, efetivamente, foi possível avançar na discussão sobre direitos sexuais como direitos humanos. A autora ainda nos mostra, que os direitos reprodutivos por muito tempo constituíram demanda feminista, dando-lhe espaço dentro da conferência de mulheres e junto as nações unidas. Já a defesa dos direitos sexuais, englobavam as mulheres e as pessoas LGBTQI. Estes dois segmentos por muito tempo acreditavam ter pautas diferenciadas, dificultando as articulações para elaboração de estratégias de luta, que acabavam retardando a conquista dos direitos sexuais.

Os direitos sexuais levantavam a discussão sobre a mulher exercer sua sexualidade para outros fins, que não a reprodução e, com isso, abriam um leque para que se discutisse as relações homossexuais e bissexuais, encaradas como tabu pela igreja católica. Segundo os princípios religiosos, o sexo teria apenas a função de reprodução, e não de prazer, sendo o Vaticano contrário à ideia dos direitos sexuais serem reconhecidos como direitos humanos. (MATTAR, 2008)

Na conferência de Pequim em 1995, o Vaticano organizou panfletos através de um grupo de mulheres que se intitulavam “Coalizão para a Família e as Mulheres”. Elas alertavam para “a verdade” por trás dos direitos sexuais, que estes defenderiam a homossexualidade, as lésbicas, os gays, as relações sexuais fora do casamento, as relações sexuais entre adolescentes, a pedofilia, a prostituição e o incesto. Alguns meses antes da conferência, o papa veiculou um documento recriminando as práticas de autonomia sexual e reprodutiva, posicionando-se claramente contra a compreensão dos direitos sexuais para além da função reprodutiva. Esta pressão da igreja justifica o motivo pelo qual a expressão “direitos sexuais”, que estava no rascunho, não foi utilizada no documento oficial. Apesar dos conflitos, foi possível aprovar o parágrafo 96, que foi um momento histórico em relação aos direitos das mulheres e da população LGBTQI. A mobilização religiosa nas conferências internacionais muitas vezes acabaram sendo uma ameaça à universalidade dos direitos humanos. (MATTAR,2008)

Para Lima Lopes citado por Mattar (2008) a luta pelo reconhecimento dos direitos sexuais se fundamenta em alguns pressupostos, entre eles, a existência de pessoas estigmatizadas, que estão fora dos direitos humanos e que tem seus estigmas reforçados ao longo da história e na vida. A permanência dessas pessoas fora das discussões sobre direitos humanos, continuaria a submetê-las a um espaço de sofrimento e injustiça social, naturalizando as diferenças e desigualdades sociais.

Segundo Ávila citada por Mattar (2008, p 78)

ao colocar as relações sexuais como relações sociais a serem consideradas no plano da cidadania e a serem, portanto, mediadas e garantidas nas necessidades que produzem por meio de direitos, colocam a heterossexualidade e a homossexualidade como práticas sexuais igualmente livres. O valor do reconhecimento jurídico dos direitos sexuais para os homossexuais está justamente no fato de assinalar a importância da

dimensão sexual na vida humana e no resguardo da dignidade humana. Só assim, todos terão acesso aos direitos e às liberdades fundamentais que caracterizam a democracia.

Ainda para Mattar (2008) é importante discutirmos os direitos sexuais para romper com o discurso que liga as mulheres apenas à reprodutividade, passando a considerá-las como pessoas sexuais e reconhecendo a diversidade e o amplo leque de possibilidades no campo do gênero e da sexualidade.

Os direitos sexuais evidenciam diversas contradições de cunho moral e religioso e, por isso, acabam sendo, muitas vezes, renegados. Foi necessário um primeiro movimento para que a mulher pudesse ser reconhecida enquanto sujeito de direito e, a partir disso, foi legitimado o direito reprodutivo. É muito recente a discussão que traz à tona as questões da sexualidade, implicando na dignidade da pessoa humana e que os sujeitos sejam respeitados na sua diversidade.

Apesar de encontrarmos periódicos que fazem referência ao conceito de gênero, ele ainda é sinônimo de discussões que remetem a mulher. A Lei Maria da Penha, uma lei de 2006 que visa aumentar o rigor da punição de homens que violentam as mulheres, pode ser considerada um exemplo deste tipo de abordagem. A lei exclui da discussão outras possibilidades de relação, como as bissexuais e homossexuais e segue trabalhando com um ideal de homem e de mulher, onde a diversidade de gênero não tem espaço senão através de “brechas” encontradas na legislação.

Para Alimena (2011) ao considerar a mulher vítima, a partir do século XX, a legislação é tensionada pois, em uma sociedade patriarcal como a que vivemos, criar mecanismos para que as mulheres se defendam dos abusos dos seus maridos - como a lei Maria da Penha - é reconhecer que a mulher não ocupa mais o lugar de submissa. Estes tensionamentos vão abrindo espaço para discussões feministas no âmbito do direito.

Para Mattar (2008) passamos, então, a lidar com a tensão entre o público e o privado já que a regulação da sexualidade, por um lado, invade o âmbito privado da liberdade sexual e, por outro, coloca a necessidade de proteção do Estado para que seja respeitada a liberdade, sem discriminação, coerção ou violência. Identifica-se uma contradição nos direitos, pois, quando o Estado interfere na esfera sexual demasiadamente, pode estar restringindo a liberdade. Por outro lado, se não interferir em alguns casos, pode compactuar com as diversas formas de violência e abusos.

CAMPO DE INTERVENÇÃO

SAJU- Serviço de Assessoria Jurídica Universitária

Para problematizarmos as práticas disciplinares em uma assessoria jurídica universitária em direitos sexuais e de gênero, buscando as resistências as lógicas disciplinares e de controle, acreditamos ser importante situar o nosso campo de intervenção. Para isso é importante resgatar um pouco da história do SAJU-UFRGS e do grupo G8-G.

O serviço que será referência deste estudo é onde ocupo o lugar de pesquisadora e trabalhadora, já que antes de ingressar no mestrado fazia parte do grupo como psicóloga voluntária.

O SAJU-UFRGS foi fundado em 1950, no dia primeiro de setembro, tendo sido pensado a partir das atividades de cunho social que vinham sendo desenvolvidas pelos estudantes de direito da UFRGS. Ele surgiu inicialmente como um departamento do Centro Acadêmico André da Rocha, entidade que representava e representa os estudantes dessa universidade.

Segundo Oliveira (2010), o que motivou a criação desse serviço foi a insatisfação com a forma como o direito vinha sendo ensinado, como também o desejo de poder ajudar as pessoas menos favorecidas economicamente a terem acesso à justiça. Podemos pensar que o SAJU surgiu como uma crítica à sociedade da época e uma forma política de provocar mudanças. Observamos já em sua constituição, um movimento para romper com os modos instituídos de trabalhar, podendo ser considerado uma forma de resistência ao direito tido como tradicional e positivista, sustentado pelos professores da universidade na época e que ainda mantém resquícios até os dias de hoje.

O SAJU-UFRGS foi se constituindo como espaço de aprendizado, onde os estudantes podiam desenvolver-se academicamente, vivenciado, na prática, algumas questões que eram vistas em sala de aula, O serviço contava, também com professores para orientar os estudantes que simpatizavam com a ideia do serviço.

Nos anos 60, segundo Oliveira (2010), acontece uma mudança do nome deste serviço, de “Serviço de Assistência Judiciária” para “Serviço de Assistência Jurídica”.

Essa mudança ocorre, pois, a assistência judiciária passa a ser entendida como responsabilidade do Estado e será realizada em equipamentos específicos.

Esse período foi repleto de transformações, pois além da troca do nome, houve a regulamentação do serviço e o início do atendimento de uma clientela mais ampla e diversificada. Este processo colocou em cena o fato de que muitas questões jurídicas poderiam envolver outros fatores, que não somente aqueles ligados a legislação ou aos equipamentos jurídicos. Isso levou a uma parceria com a faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), para atender demandas não-jurídicas ou que, no caso, estavam relacionadas a assistência social.

Com o golpe militar, os conflitos entre os estudantes e a universidade levaram, em 1968, a criação de um órgão autárquico para administrar o SAJU-UFRGS. Este órgão foi o Instituto André da Rocha, que passou a prestar o serviço de assistência e controlar o que, até então, era administrado por estudantes. Em 1971, no auge da ditadura militar, o SAJU-UFRGS é extinto.

Somente em 1976, alunos do final de curso de direito passaram a se mobilizar para a refundação do SAJU-UFRGS, que acontece pautada na finalidade exclusiva de atender a demanda social, sem características de politização (NUNES, 2012).

Em 1980, um atendimento de usucapião leva os estudantes para fora dos muros da universidade, abrindo a possibilidade para o trabalho de assessoria. O envolvimento de sajuanos com esse atendimento oportuniza a discussão das questões sociais envolvidas e decide-se uma nova reformulação no nome, dessa vez, para Serviço de Assessoria Jurídica. A assessoria, construída com bases na teoria crítica do direito, encontra nos espaços do SAJU-UFRGS, lugar para implementar esta discussão, que não acontecia nas salas de aula. Com essa modificação, não só de cunho metodológico, mas principalmente epistemológico, as reflexões e uma postura crítica, se tornam realidade para os sajuanos que encontram-se implicados em promover ações transformadoras para além do direito tradicional (NUNES, 2012).

A partir de 1997, o SAJU-UFRGS passa a ser considerado como Programa de Extensão da Universidade, ficando mais integrado ao contexto acadêmico mais amplo da UFRGS e de sua política de Extensão. Nesta época, foi criado o estatuto do SAJU-

UFRGS e afirmada sua legitimação como um programa de Extensão, institucionalizado junto a PROEXT e formado por grupos temáticos e autônomos.

Atualmente o SAJU-UFRGS conta com uma coordenação geral discente, que compõem também o conselho deliberativo, juntamente com integrantes de cada um dos 17 grupos de trabalho que fazem parte do serviço. Essa coordenação vem há duas gestões se diversificando e buscando a participação de todos os grupos numa lógica cada vez mais horizontalizada. Os grupos possuem professores orientadores, que auxiliam nos processos de aprendizagem e coordenam os diferentes projetos de atividades desenvolvidos pelos grupos. Os trabalhos de assessoria e assistência são realizados com a participação de profissionais voluntários das mais diferentes áreas, que são selecionados semestralmente, assim como alunos de diferentes cursos de graduação e universidades. No momento existem em torno de 300 sajuanos ligados ao projeto de Extensão.

Para Dias (2011), a história do SAJU é uma história de regularidades, mas também de descontinuidades. Podemos perceber claramente que há tensionamentos que definem e redefinem o trabalho do SAJU-UFRGS nos regimes de verdade que sustentam as intervenções na área da assistência e assessoria jurídica universitária. Esse espaço funcionou, e funciona até hoje, como resistência aos saberes tradicionais, tendo sido construído em uma universidade bastante tradicional e que sempre incentivou o direito legalista, calcado na norma e positivista.

G8-G- Assessoria Jurídica Universitária em Direitos Sexuais e de Gênero

Fundado em 2006 para dar conta do atendimento a mulheres vítimas da violência e também servir como espaço para discussão dos direitos das mulheres, o G8-G foi pensado, segundo Oliveira (2010), para ser um grupo diferente dos demais, grupos do SAJU-UFRGS. Sua criação buscava implementar uma atividade reflexiva e não apenas o atendimento da grande demanda que chega ao serviço.

Os trabalhos de assessoria iniciaram em 2009, a convite do Grupo de Assessoria Justiça Popular - GAJUP, que também faz parte do SAJU-UFRGS e trabalha com questões de justiça popular. A partir disso, contatos com outras

associações comunitárias, equipamentos públicos e movimentos sociais foram sendo feitos e atualmente o grupo participa da organização da Parada Livre de Porto Alegre e da Marcha das Vadias, entre outros eventos. Realiza também trabalho regular junto ao Centro Cultural James Kulisz – CEJAK que é um centro de educação que fica na Vila Pinto e em oficinas com mulheres no Morro da Cruz. Partindo dos estudos de gênero para entender o feminino e o feminismo, o grupo ampliou seu leque de atendimentos não só para mulheres, mas também para o público LGBTQI

Segundo Becker (2010) o grupo passou, em 2009 por uma dupla reformulação que ampliou sua temática, para o público LGBTQI, mas também modificou a forma de trabalhar, entendendo que a prática de assessoria e assistência podiam ser complementares e disparadoras uma da outra. Em outras palavras, ao se lidar com demandas individuais - ligadas a assistência, também as questões coletivas - ligadas a assessoria, estavam em questão, sendo o contrário também verdadeiro, pois ao enfrentar demandas coletivas, também acabavam surgindo demandas individuais.

Ao trabalharmos com gênero, pautando a desnaturalização dos modos instituídos, vemos que buscar a construção de práticas coletivas transversaliza nossos modos de trabalhar, fazendo necessário problematizar constantemente as práticas para dar conta de um fazer ético. Ao sermos desacomodados pelos tensionamentos de gênero, somos também subjetivados por aquilo que desejamos objetivar (LOURAU, 2004), e nos vemos construindo um trabalho mais implicado, político e que está sempre em transformação.

Ao analisarmos outras pesquisas de mestrado (OLIVEIRA, 2010; DIAS, 2011) realizadas no G8-G, pode-se perceber que o grupo vem passando por diferentes movimentos ao longo de sua história. Quando da dissertação de Oliveira (2010), ficava bastante evidente a separação entre a psicologia e o direito, sendo que o direito ocupava espaço privilegiado dentro do serviço, tanto em relação aos outros profissionais do grupo quanto aos que vinham buscar atendimento.

Já na dissertação de Dias (2011), começa a ser possível visualizar a tensão entre assistência e assessoria, assim como o desejo de ir além dos muros do direito para promoção de Direitos Humanos. A presença da psicologia, que inicialmente havia sido chamada para entreter as crianças enquanto os pais estavam em atendimento, começa a ser mais pontual e presente. Dias (2011) percebe a interdisciplinaridade

como uma possibilidade marcante dentro do grupo, e as relações entre psicologia e direito como mais horizontalizadas.

Neste momento, no G8-G, muito dos casos que chegam até nós não são da alçada jurídica, ou ainda da nossa temática específica, mas todos são acolhidos pelo grupo. Desta forma, o foco do atendimento não é exclusivamente o processo jurídico, mas o sujeito, considerando que a busca por um serviço, seja ele de saúde ou jurídico, envolve dificuldades e um processo angustiante de decisões.

VIVÊNCIAS NO CAMPO DE INTERVENÇÃO

Um percurso de imagens

Pesquisar é ser invadida constantemente por dizibilidades e visibilidades. As imagens, desde a confecção de meu ante-projeto, sempre estiveram presentes, provavelmente por estar inserida no G8-G que faz uso regular e intenso de recursos visuais para ressignificar suas práticas. Certamente que estar em um grupo de pesquisa com uma trajetória na discussão da intervenção fotográfica e da fotografia como possibilidade de tensionar visibilidades na pesquisa, também foi fundamental para a escolha metodológica.

No G8-G havia muitas fotografias e elas contavam histórias sobre o grupo e sobre a história do grupo que davam espaço para problematizações. Eu percebi que muitas imagens eram produzidas com cuidado, inclusive pensadas no sentido de encontrar o melhor enquadre ou um significado para aquela vivência, mas nem sempre fazíamos o movimento de retornar a essas fotos. Foi dessa forma que, me sentindo um pouco como uma colecionadora de frases, de imagens e de histórias, fui construindo uma narrativa dessa experiência no diário de campo.

Neste percurso, recolhi muitas fotografias, desenhos e pinturas, sendo que algumas eu mesma fiz a partir de imagens que me sensibilizaram, e outras foram construídas pelos integrantes do G8-G. Com o tempo, já não era mais possível identificar quem eram os autores dessas imagens e os integrantes do grupo também não reconheciam suas fotos. Pode-se pensar que havia uma construção coletiva e este sentimento de coletividade fazia com que não importasse mais a autoria, mas, sim, as possibilidades de discussões que as imagens nos traziam. Dessa forma, as pessoas do G8-G ao longo dos anos de 2013 e 2014 construíram inúmeras imagens que vieram a fazer parte desse percurso e que tinham a marca das experiências coletivas.

Importante salientar, que a possibilidade de trabalhar com este material foi sendo colocada na medida em que o acompanhamento do grupo foi se desenvolvendo. Inicialmente, estava previsto a realização de oficinas de fotografia, mas houve um momento, em que percebi que ficava sem sentido falarmos em uma oficina de fotografia agendada previamente, quando os integrantes transbordavam imagens em suas falas, em seus celulares, em suas máquinas digitais, analógicas ou construídas manualmente.

Logo depois da qualificação, em março de 2014, apresentei o projeto de pesquisa para o grupo, já com as reformulações propostas naquela ocasião. A partir desta apresentação e até o final de 2014, frequentei as reuniões do grupo que acontecem nas sextas feiras e de várias atividades propostas pelo G8-G. Foi a partir dessa vivência semanal e de uma discussão específica sobre a arte que comporia os cartazes da parada livre, evento organizado pelo G8-G e outras entidades LGBTQI, que senti que minha proposta no projeto de oficinas fotográficas estava entranhada no grupo.

Nesta reunião específica, havia um certo incomodo com a arte que os outros organizadores estavam propondo, a saber, uma montagem fotográfica que mostrava um corpo nu e, no lugar da vagina, havia uma enorme boca com um bigode. As discussões mostravam que essa imagem não era plural o suficiente, e que não contemplava a frase-tema da parada “Todo corpo é político”. O G8-G discutia que precisávamos de uma imagem que borrasse as fronteiras entre o feminino e o masculino. Algumas pessoas sugeriram uma oficina de fotos, dos nossos corpos, para tentarmos encontrar essa imagem. Outras pessoas acreditavam que nenhuma fotografia daria conta disso, pois estava na nossa imaginação. Foi então que pedimos a uma artista local e pesquisadora nas questões de gênero, que fizesse desenhos que pudessem auxiliar na construção da arte para os cartazes da parada livre. A ideia era que, através da frase “todo corpo é político”, pudéssemos chegar a uma imagem que acreditávamos não ser possível fotografar, pois teria que ser inventada. O desenho, assim, poderia dar condições de criação desta imagem e para imaginação.

Manoel de Barros (1998, pg.75) sugere “*o olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê. É preciso transver o mundo!*” Nesse momento, acreditávamos que era necessário lançar mão da possibilidade de transver e com isso alçar voos junto com a imaginação, enquanto uma potência para ficcionar a realidade. Desta forma, colocava-se a utopia de criação de mundos outros, onde seria possível pensar em um corpo político que pudesse transcender aquele marcado pela sociedade disciplinar, pela normatização e pelo controle através de uma biopolítica.

No entanto, esses desenhos que tinham a finalidade de produzir questionamentos em uma parada que é livre, mas que também reproduz uma norma, acabaram não tendo espaço. A organização da parada decidiu que usaria fotografias de corpos, e nosso *transver* ficou temporariamente engavetado.

Em virtude do dia da visibilidade lésbica, 29 de agosto, pensamos que esse desenho poderia funcionar como uma arte disparadora para a discussão da roda de conversa proposta pelo G8-G no conjunto de atividades organizado pelo coletivo coordenador desta comemoração. Com o consentimento da artista, usamos o desenho como capa para o chamamento deste evento pelo facebook do grupo G8-G.

Figura 1- Desenho desconstruções de gênero



Fonte: Desenho feito por Puglia, Joana. (2014)

O evento, com mais de mil pessoas convidadas, virou um espaço virtual de discussão em razão da polemica criada pelo fato de que, no desenho, existe um pênis. A polemica foi criada pela existência de um pênis no chamamento de um evento de visibilidade lésbica. O G8-G se posicionou salientando sua concepção de gênero, onde é possível ser mulher, lésbica e ter um pênis. Apoiamos correntes transfeministas, onde a genitália não define o gênero e nem a sexualidade. A artista, ao representar vaginas, pênis e vaginas e pênis, quis mostrar as inúmeras possibilidades de existirmos e de vivermos a sexualidade. O G8-G, ao escolher esta imagem, quis se posicionar fora deste processo de normatização, que institui, inclusive, como o desviante deve ser.

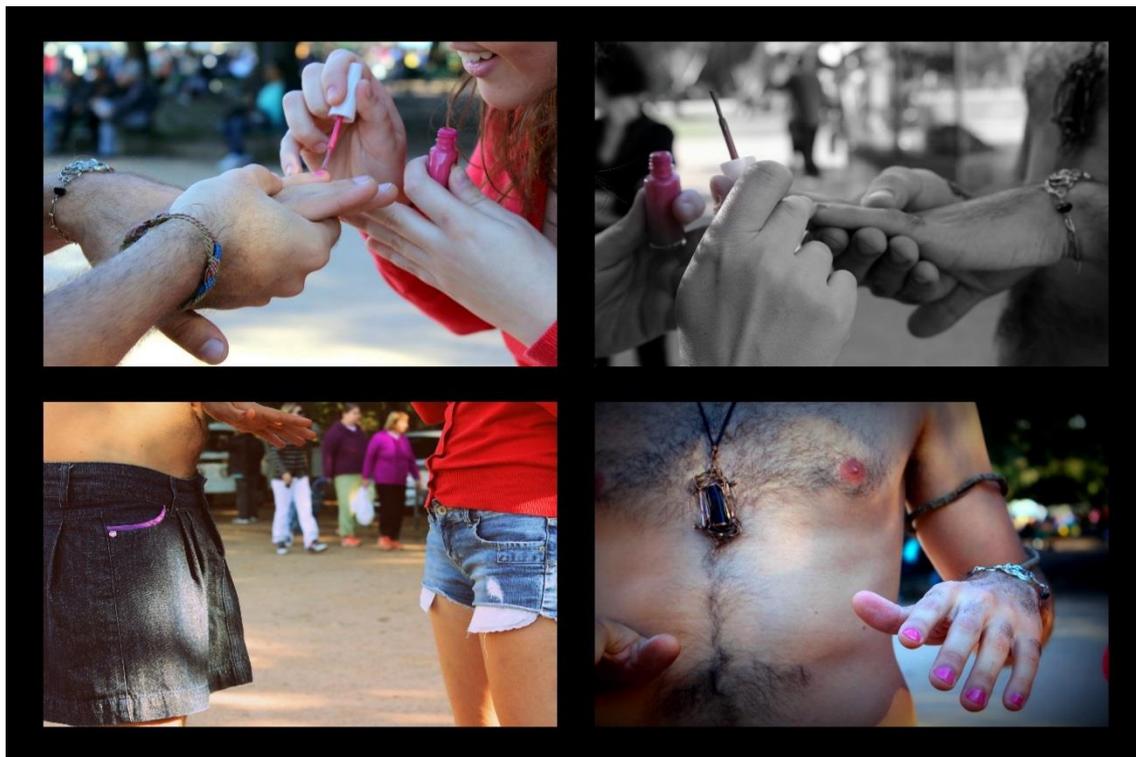
Construir a partir da imaginação, permitindo ver cores e corpos que não estão dados imediatamente a visibilidade, e criando possibilidades inúmeras de reinventar e tensionar a lógica que institui formas de ser, era a proposta do evento e o posicionamento político do grupo.

Venho pensando o quanto as escolhas epistemológicas, das imagens e das lutas que o G8-G trava enquanto militante, constroem um percurso que não pode ser contado apenas através de dizibilidades. Arrisco a pensar que isso acontece pois a imagem permite a construção de uma ficção e o registro de movimentos instituintes, o que nem sempre é possível através de dizibilidades. Contestar o gênero convoca para romper com normas e dar espaço para a imaginação de outras possibilidades de existência, que não somente aquelas que submetem nossos corpos através das tecnologias de docilização.

Para o G8-G, a normatização dos corpos vem sendo uma questão. A possibilidade de reinventar o corpo para além das regulações de gênero passa a ser possível quando convocamos a imagem, que pode dar visibilidade aos elementos invisibilizados nos jogos de poder. A imagem é esse jogo de quem constrói e de quem vê, possibilitando inúmeras inquietações a partir de uma fotografia.

As primeiras imagens produzidas por mim na pesquisa aconteceram na Marcha das Vadias em 2013. Essas fotos mostram exatamente um percurso do meu olhar enquanto fotógrafa, que escolhe fotografar corpos que tensionavam os binarismos de gênero e as sexualidades, abrindo para a possibilidade de inúmeras formas de vivenciar o gênero. Essas imagens mostram corpos desviantes e convidam o olhar a romper com o visível instituído, para visibilizar o invisível que está ali.

Figura 2 -Corpos desviantes



Fonte: Fotocomposição e fotografias feitas por Schmidt, Rossana B.H. (2013)

As fotografias mostram a possibilidade de um corpo que mostra um peito nu, repleto de pelos, e as unhas rosas recém pintadas. Também mostra que o corpo que usa a saia é o corpo que, na nossa sociedade, não usaria. As fotografias registram um momento de reinvenção de si, que não aconteceria talvez se aqui utilizássemos apenas palavras, quando produzimos as imagens na Marcha das Vadias.

Ao fotografar estamos implicados com o processo de criação de imagens e narrativas que, de alguma forma, mostram o que nos atravessa e os modos de subjetivação. Acredito que, ao tensionar o olhar de fotógrafa, estamos também tensionando os lugares que ocupamos na trama dos jogos de poderes.

Figura 3- Saias e pernas

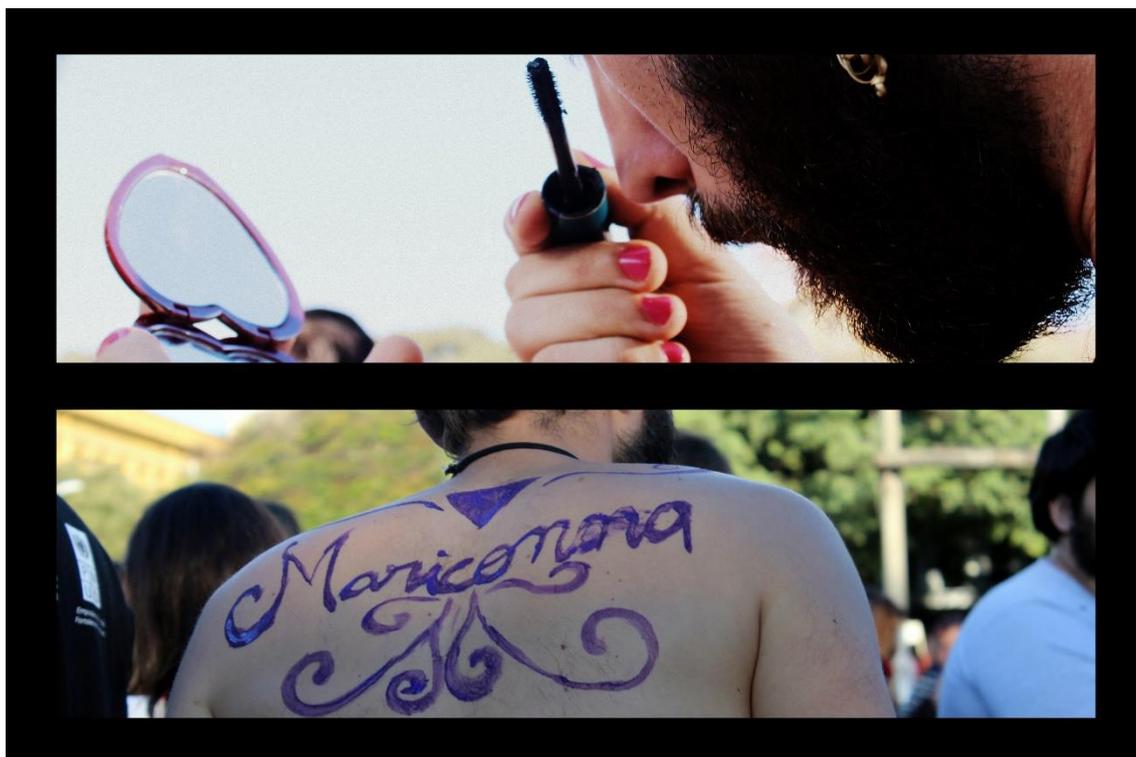


Fonte: Fotocomposição e fotografias feitas por Schmidt, Rossana B.H. (2013)

As saias em diferentes pernas lançam questões: são os pelos que não deveriam estar ali, pois as saias são para serem utilizadas por pernas femininas? São as saias que não deveriam estar ali, pois pelos são para serem utilizados por pernas masculinas? O que é o masculino e o feminino nesse encontro? A ausência de pelos define um corpo de mulher? A ausência de saia define um corpo de homem? E quando os pelos não se podem ver, porque a meia os cobre, como sabemos qual o gênero que ali está? E precisamos saber o gênero? O que são saias e pelos em pernas, se não normas que regulam formas de existir? Podemos nos reinventar?

Ao realizar a análise das fotografias foi possível tensionar o olhar, que ao fazer uma escolha da cena fotográfica entre tantas outras possíveis, denunciava também a imagem que se fazia questão. Ao retratar fotografias que brincavam com o masculino e o feminino, com o binarismo de gênero, eu, enquanto pesquisadora-fotógrafa, também narrava uma parte da minha história dentro do grupo. Estas imagens mostram, principalmente, o fato de ter sido invadida pelos mais diferentes contos sobre as (trans)formações do humano e sobre a possibilidade de marcar nos corpos os desejos, e a partir deles contar suas vidas.

Figura 4 - Marcas



Fonte: Fotocomposição e fotografias feitas por Schmidt, Rossana B.H. (2013)

O corpo que permite e a palavra que marca a anormalidade. A barba cerrada que compõe um enquadre perfeito com o brinco dourado. As unhas rosas a maquiarem o olhar, que se vê em um pequeno espelho, que reflete outras possibilidades de existir.

Nessas tantas imagens, e em outras que aparecem ao longo dessa dissertação, foi preciso convocar o ver e, com ele, a potência da ficção e o inquietamento produzido pela imagem para assim entendermos o quanto o trabalho do grupo se constrói nas brechas, nas rupturas, naquilo que é inconstante e da ordem do instituinte.

A imagens contam uma história de resistência. Uma resistência a instituição de corpos padrões, de disciplinas fechadas em seus saberes e de trabalhos organizados de forma vertical. As fotografias contam nosso poder de transformação e convidam a mim, enquanto pesquisadora, a percorrer um mundo de inquietações, e aos leitores e leitoras, a construir significados outros a partir destas imagens. Nestes diferentes encontros entre pesquisado e pesquisador ou entre a dissertação e o leitor, podemos nos reinventar e produzirmos-sermos resistência através de uma narrativa e de sua potência de diversidade que possibilita múltiplos olhares.

A produção de imagens que acontecia para além da pesquisa proposta, fez com que eu reajustasse meu percurso e coletasse as inúmeras fotografias que me inquietavam. Gomes (2012) aponta que a fotografia é a memória que transforma e liberta devires. Sendo entendidas, segundo Sontag (2004), como rastros, que são deixados como pegadas ao longo desse percurso e que inventam a vida (GOMES,2012).

Porque pedir a produção de novas imagens, se haviam tantas habitando o espaço do grupo? Porque não olharmos para esses rastros? Porque não nos depararmos com nossos vestígios? Que histórias esses vestígios contariam? E o que poderíamos problematizar da nossa prática a partir dessas imagens? Onde, nelas, poderíamos encontrar resistências?

Invadida por esses questionamentos fiz uma nova proposta para o grupo, ao contar o meu percurso propus que nos reuníssemos para olhar algumas fotografias selecionadas por mim, aproveitando o final do semestre e uma reunião de avaliação que costumamos fazer. A pauta para essa reunião consistia em discutirmos o nosso trabalho, as inquietações e se estávamos comprometidos com o rompimento de práticas disciplinares que engessam nosso trabalho. Também discutimos as nossas “falhas”, o quanto ainda recorriamos em “erros” e repetíamos e éramos aprisionados pelas mesmas lógicas que buscamos escapar. Discutimos os rumos do grupo e o que esperamos intensificar, dar mais atenção e transformar. Trechos dessa discussão são contemplados ao longo da dissertação nos eixos que virão a seguir.

Para este encontro imprimi todas as fotografias que coletei a partir da produção do diário de campo e espalhei pelo chão da sala onde todas as pessoas estavam sentadas em um círculo. As fotografias ficaram disponíveis para manipulação e também como um dispositivo para disparar o diálogo. Ao mesmo tempo, elas lembravam desse percurso que havíamos feito nos últimos dois anos do grupo. Vivenciamos nessa intervenção um movimento importante, o de se reconhecer e não se reconhecer em cada imagem que ali estava disposta, oportunizando a possibilidade de contarmos histórias de vivências que nem todas as pessoas do grupo haviam passado, tendo em vista que o mesmo sempre tem duas vezes ao ano entrada de novos membros.

Algumas pessoas formaram novas imagens a partir dessas que estavam ali, organizaram as fotos e fizeram novas fotografias conforme vemos nas figuras 5, 6 e 7.

Figura 5- Encontros



Fonte: Schmidt, Rossana B.H. (2014)

Figura 6- Afetos



Fonte: Schmidt, Rossana B.H. (2014)

Figura 7- Composições



Fonte: Schmidt, Rossana B.H. (2014)

Também construí quatro imagens que apresentei para o grupo nesse dia e que a partir delas e desse encontro para avaliar nosso trabalho construí eixos de análise que apresentarei ao longo da dissertação. Essas imagens construídas por mim podem ser entendidas como um exercício para construir uma narrativa das estratégias de resistência, através das diferentes fotografias. Estas quatro imagens foram feitas com fotocomposição e serão apresentadas e discutidas a seguir.

Figura 8- Transver



Fonte:

Fotocomposição feita por Schmidt, Rossana B.H. (2014)

A figura 8 chama-se Transver e traz a potência do encontro entre o visível e o invisibilizado. Ela conta, através da imagem, que o ver, por vezes, se encontra aprisionado pelas lógicas disciplinares e que é a possibilidade de criar e de imaginar que provoca rachaduras nas visibilidades aprisionadoras, fazendo com que possamos ver para além do instituído. Ou seja, transver.

Para montagem dessa imagem utilizei duas outras que mostro separadamente.

Figura 9 - Foro Central: Direito a Identidade



Fonte: Acervo G8-Generalizando

A figura 9, utilizada na fotocomposição da figura 8, marca o lugar - Foro Central - que representa o instituído, as regras, as normas e as leis. O foro central é onde tudo começa, onde encaminhamos os processos que serão julgados, mais tarde, e poderão permitir o acesso aos Direitos propostos. Um prédio imponente, com pessoas trajando roupas ditas sociais, que demonstram que são diferentes da população em geral e que tem poder para interceder junto a esse universo de normas. Possuem saberes legitimados para se tornarem especialistas e lutarem pelos direitos dos outros. Esta fotografia também mostra um grupo colorido, com pessoas empunhando uma bandeira com as cores do arco íris e cartazes que reivindicam direitos. Este grupo é formado por pessoas de todas as formas, que tensionam a cor cinza do foro central. Não é muito comum o encontro dos saberes acadêmicos com os saberes do senso comum e da militância. Nessa fotografia eles se encontram.

Figura 10 - Desconstruções de Gênero



Fonte: Desenho feito por Puglia, Joana. (2014)

A figura 10, que foi sobreposta a figura 8, mostra a desconstrução do corpo. As cores que não existem, a junção de corpos desviantes, os olhares, as bocas, os dedos e os órgãos genitais, construindo uma imagem de ficção que tenta dar lugar a esse movimento instituinte.

A escolha pela junção e transposição das duas imagens, formando então uma terceira – Figura 8 -, foi para marcar aquilo que é instituído e visível em nossa sociedade em contradição com aquilo que é instituinte e invisibilizado. A possibilidade de combinar desenho com fotografia também mostra a tensão entre o que parece estar naturalizado e as possibilidades de reinvenção.

Não é por acaso, escolho esta como sendo uma das primeiras imagens desse percurso. Se analisarmos o prefixo *trans*, veremos que este mostra sempre movimento, indicando para um ver além ou ir além. O *transver* seria a possibilidade de irmos além das visibilidades, sendo entendido, neste estudo, como uma postura metodológica. Para tanto, utilizamos as inúmeras imagens que já estavam visíveis e instituídas e buscamos “abri-las” para novas potências do ver, tomando a inspiração foucaultiana de “abrir” as imagens e as palavras (DELEUZE, 2013). Esta operação

buscou “visibilizar o invisível do visível”, tal qual o proposto por Foucault ao tratar do conceito de ficção (FOUCAULT, 2001).

Segundo Zanella (2013) para transver é fundamental a imaginação. O imaginar provoca deslocamentos, tornando-se um ato de invenção de si e do mundo.

Imaginar como invenção possibilita enfrentar o movimento, operar nele e tornar visível uma força disforme. Este é um dos desafios de um imaginar que se coloca como invenção de si e do mundo: tornar visíveis forças que não estão visíveis.” (DIAS, 2012, p.129)

Zanella (2013) aponta que a criação e a imaginação estão sempre misturadas, constituindo tanto as pessoas que criam, como as vivências por elas recriadas.

Assim, o movimento de transver requer uma sensibilidade que possibilite não somente ver as imagens, mas problematizar o que elas colocam, convocando o olhar, o movimento e a possibilidade de, sensivelmente, recortar, desmontar e remontar para, então, analisar (ZANELLA, 2013).

O transver oportunizou olhar para as imagens não como uma representação, ou ainda uma prova, mas como uma ferramenta potente para pensarmos o trabalho do G8-G e as estratégias de resistência. A imagem funcionou como uma narrativa, que contou um percurso e mostrou um trajeto percorrido pelo olhar, evidenciando processos de subjetivação.

As imagens que foram construídas para a pesquisa foram montadas a partir das inúmeras tardes de discussão no grupo e das fotografias feitas por eles. Esse processo e as discussões originadas dos olhares do grupo sobre elas possibilitou a construção de três eixos de análise: a transdisciplina, o acolhimento e a militância.

Sabemos que buscar “rachar” as visibilidades instituídas para visibilizar os movimentos instituinte e que se caracterizam pelas resistências, é um trabalho constante. Deste encontro, neste momento, foram produzidas estas imagens e discussões, que poderão ser recriadas à luz de outros encontros e em outras situações. Estas imagens são fluxos, devires, que continuam constantemente se reinventando. Discutiremos agora como a partir desse percurso de imagens, foi possível ir rachando as visibilidades instituídas e encontrando, nele, a potência das estratégias de resistência.

Transdisciplinariedade: práticas possíveis de resistência

Uma das tensões que identificamos no campo de intervenção está relacionada às disciplinas e em como elas se organizam em saberes, instituindo formas de trabalhar e de pensar. Obviamente que quando pensamos em assessoria jurídica ou mesmo assistência, existe todo um aparato de práticas que são reconhecidas e autores que são utilizados para nortear essas práticas. Existe uma forma legitimada de se fazer direito, psicologia e mesmo assistência social dentro de espaços jurídicos. A partir desse jogo de poderes que engendram verdades, atendemos demandas que podem ser encaixadas em um padrão, podendo responder a essas demandas de uma forma padronizada e previamente estudada nos currículos disciplinares das universidades.

No trabalho com as questões de gênero, somos desafiados diariamente, a produzir para além das normas legitimadas e instituídas. Precisamos lidar com os corpos desviantes, que não se enquadram nas normas de masculino e feminino, que não se reconhecem apenas como homossexuais ou heterossexuais e que trazem o caos para dentro do universo jurídico, ao mostrarem as inúmeras outras possibilidades de existirem e exercerem sua sexualidade e gênero.

Segundo Carvalho (2007), a transdisciplinariedade permite libertar saberes, tornando impossível a efetividade dos discursos disciplinares. Dessa forma, vemos verdades sendo tensionadas e problematizadas através do diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, o que acaba por implicar na discussão sobre posturas éticas.

O G8-G foi criado em 2006 e começou trabalhando com os direitos das mulheres. Em 2006, quando o grupo foi criado, a área de direito das mulheres já era reconhecida, inclusive existindo a Lei Maria da Penha para dar conta de casos de violência doméstica. Ao atender essa demanda, as primeiras questões de gênero foram postas para o G8-G, fazendo com que fosse em busca de estudos feministas para problematizar o campo em que estava se inserindo. A partir dos estudos de gênero acontece uma ampliação na demanda, que começa a atender o público LGBTQI.

Nesse momento o G8-G se vê tendo que dar conta de pessoas em sofrimento e em busca de seus direitos, mas que não encontram respaldo na lei tradicional por

desviarem da norma. São casos de lesbo, homo, bi e trans fobia, processos de retificação de registro civil e mesmo o desejo de terem seus relacionamentos reconhecidos e de receberem pensões de pessoas com quem compartilhavam a vida e que faleceram. São questões que tensionam a lógica instituída de família e que problematizam os direitos sexuais ao se abrirem para outras possibilidades, que não sejam as fixadas pela heteronormatividade.

Dessa forma, precisamos inventar nossas práticas constantemente. Neste processo, a transdisciplina passa a ser um eixo importante de análise e que foi percebido através da vivência no campo de intervenção. Reconhecer os momentos em que rompemos com a lógica disciplinar, nos permitindo ir além do que está posto, constrói práticas que funcionam como estratégias de resistência.

A transdisciplina pode ser entendida como um movimento que transcende a disciplina e as normas instituídas, possibilitando, segundo Amador (2012), processos singulares e novas formas de ver, permitindo produzir novos sentidos. A ideia de transdisciplinaridade “subverte o eixo de sustentação dos campos epistemológicos, graças ao efeito de desestabilização tanto da dicotomia sujeito/objeto, quanto da unidade das disciplinas dos especialismos” (BARROS E PASSOS, 2009, p. 113).

Pode-se perceber, no campo de intervenção, dois movimentos disciplinares: um que opera sobre os corpos, e que encontra resistência através da possibilidade de construir outras formas de se apresentar enquanto sujeito. O outro movimento diz da organização das práticas e dos saberes, de como “rachamos” nosso fazer para dar conta desses corpos desviantes e de como criamos estratégias de resistência para efetivamente permitir que esses sujeitos que desviam da norma acessem seus direitos.

Para pensar esse eixo de análise construí a figura 11 intitulada TRANSdisciplina.

Figura 11- TRANSdisciplina



Fonte: Fotocomposição feita com o acervo do G8-Generalizando por SCHMIDT, Rossana B.H. (2014).

Composta por seis fotografias feitas em momentos diferentes de trabalho e militância, esta imagem foi importante para mostrar o quanto a discussão sobre os corpos é uma questão significativa no grupo. Eu estava bastante implicada em problematizar o saber disciplinar, que era o que estava mais visível, mas as imagens mostraram que o corpo carrega e visibiliza esse saber normativo. Eu tinha presente a relação entre o saber e o poder disciplinar, mas foi abrindo essas imagens que eu percebi o quanto eles estão intimamente interligados e que, talvez, no G8-G a forma que fique mais visível da disciplina são as marcas nos corpos de seus integrantes e das pessoas que buscam o atendimento. A TRANSdisciplina acontece nessa fotocomposição porque ela mostra fraturas e rompimentos com a docilização dos corpos, que inventam formas outras de se colocarem no mundo.

A transdisciplinariedade pode, também, ser visibilizada nos encontros do grupo, na forma de atendimento, nas marchas onde lutamos, nas paradas onde livremente empunhamos bandeiras, nos mutirões do projeto direito a identidade e, principalmente, nos corpos das pessoas que compõe esses espaços.

É importante salientar que nem todos os encontros são transdisciplinares, nem todas as práticas conseguem operar para fora da lógica normativa e somos

constantemente pressionados pelas normatividades instituídas. Apesar disso, ao pensarmos nos especialismos constituídos pelo G8-G encontramos falas como:

Eu nem lembro que vocês são psicólogos, já que nosso trabalho não faz essa diferença, todos sabem um pouco de tudo - em resposta a entrevista que foi feita no grupo sobre o que a psicologia contribuía no g8-g. (Diário de Campo 20/06/14).

Voltamos em outros momentos com as discussões sobre quem deve compor a sala de atendimento.

Quando chegou o horário dos atendimentos em função de termos novos integrantes, a dinâmica mudou um pouco, uma advogada “nova” quis atender, mas queria que uma pessoa “velha” do direito fosse com ela. Ao mesmo tempo uma psicóloga “nova” também queria ir, mas queria que eu fosse também. E ainda precisava ir um assistente do direito, que deveria ser “velho” no discurso do grupo para ajudar a advogada “nova”. Estamos cheios de dicotomias o tempo todo. Entre velho e novo e entre disciplinas também. Como cinco pessoas não podiam ir, a primeira pessoa a ser desconsiderada foi a psicóloga nova, um rechaço do grupo. Não se questionou a ida das duas advogadas, e nem da assistente de direito, pois estas se faziam totalmente necessárias no discurso dos que ali formavam o grupo de atendimento. Sobrou então para a outra psicóloga, nesse caso eu, não entrar. Na proposta de uma pessoa integrante, deveria a advogada mais velha entrar primeiro e ver se eles se sentiam cómodos com a entrada de uma psicóloga, já que nem todos se sentem bem na presença de uma - fala de uma pessoa do grupo. Eu questionei, porque há muito já tínhamos superado essa discussão de que área iria e se a entrada da psicologia devia ser sempre consentida, ou se ela era entendida como parte da equipe. A pessoa me respondeu que uma vez fazíamos assim. (Diário de Campo 16/05/14)

Ou seja, nesse excerto do diário de campo narro a angustia de uma vivência que seguidamente retorna ao grupo, ainda que seja problematizada. Construimos práticas que rompem com as disciplinas, sentamos em mesas circulares e formamos equipes com diferentes áreas do conhecimento. As diferentes áreas de conhecimento, nos atendimentos, não coexistem apenas, elas se fundem, sendo comum não ser facilmente percebido pelas pessoas quem é "do" direito e quem é "da" psicologia. Isso acontece porque compartilhamos nossos conhecimentos e, em processos de retificação de registro civil, por exemplo, muitas vezes eu, enquanto psicóloga, orientei sobre a documentação para o processo, e outra pessoa fez questionamentos que normalmente seriam feitos pela psicologia, como indagar sobre suas vivências e sofrimentos.

Problematizamos constantemente nossa atuação, buscando formas que sejam efetivas na garantia dos direitos, mas também para que aqueles que buscam o grupo

sintam-se acolhidos no espaço do G8-G. Para que não se sintam apenas buscando um serviço de atendimento, mas construindo juntamente com o grupo formas de dar conta das mais diversas problemáticas que acometem as pessoas que nos procuram.

Ainda assim, das normas e condutas instituídas emana uma força que seguidamente nos aprisiona. Carvalho (2007) atenta para a dificuldade da transdisciplinariedade no campo jurídico, por esse se mostrar conservador e operar a partir de saberes puros e auto suficientes. Essa tensão entre o positivismo jurídico e a transdisciplinariedade se mantém presente no campo de intervenção, pois existem muitas normas que não podem ser desconsideradas para a efetivação dos direitos das pessoas que buscam atendimento.

Essas forças do instituído tornam-se visíveis quando lidamos com o aparelhamento jurídico, pois precisamos seguir regras e normativas e, também, quando lidamos com a psicologia. Nesta última, estas forças aparecem quando está em questão a emissão de pareceres psicológicos, pois somente a psicologia pode assinar e emitir estes pareceres. Nestes casos, reatualizarmos as logics disciplinares entranhadas na sociedade e acabamos repetindo discussões sem nós darmos conta de que estamos voltando para um ponto que parecia ser superado. Seguidamente, nos vemos discutindo quem vai para o atendimento, quando pensamos que o que fazemos é um atendimento transdisciplinar. E se fazemos um atendimento para além das disciplinas, importaria quais os especialismos que compõe a equipe?

Uma integrante do G8-G faz um pedido para que o pessoal do Direito tenha sensibilidade e se retire da sala depois de colher os dados suficientes para a petição. Assim, segundo ela a psicologia poderia criar um espaço seguro para elaboração do parecer. Uma outra integrante diz que se sente incomodada, e que os atendimentos nunca antes em toda a história do G8-G tiveram essa exigência, de sair uma disciplina para entrar outra e que percebe que estamos fragmentando o grupo assim. Entramos em uma discussão importante sobre as disciplinas, sobre os conselhos que regulamentam a profissão e sobre algumas regras que precisamos seguir. Falamos sobre o incomodo de separarmos sempre por disciplinas os atendimentos e checar: 2 do direito, 1 da psico. E o quanto falamos de práticas transdisciplinares mas ainda estamos presos a práticas disciplinares.(Diário de Campo, 15/08/14)

A partir de discussões como essa, em um momento de bastante trabalho decidimos que iríamos criar grupos de trabalho, ou seja, grupos que se debruçariam em algumas das tantas demandas do G8-G. Como havia sido abolida a monitoria vivíamos um momento onde algumas coisas eram feitas por alguns, e outras não eram

feitas por ninguém. Desta forma, através de grupos de trabalho, as pessoas poderiam se organizar em outros momentos, fora da reunião, para que as coisas fluíssem de uma forma eficiente, sem necessariamente todos os assuntos serem tratados e decididos com todos, na reunião semanal.

Ao dividir fragmentos do diário de campo, com o grupo de pesquisa do mestrado, que mostravam esse movimento do G8-G para formar GTs, e comentar os grupos que estavam se formando, minha orientadora e outra colega observaram que os grupos além de serem espaços de transdisciplinariedade, eram também organizados através de imagens. Isso disparou o desejo de ir em busca da história das imagens propostas pelos grupos, navegando pela internet atrás de pinturas e fotografias que permitissem colocar em análise essa construção de grupos transdisciplinares.

O primeiro grupo criado foi o das *amazonas*, que contemplariam o Direito a Identidade, que é um projeto de retificação de registro civil para pessoas transexuais e travestis e a sua grande demanda de trabalho. Tornou-se necessário organizar a lista de espera, estipular como se daria a entrada no serviço, marcar reuniões entre os parceiros do projeto e fazer um resgate de tudo que foi vivenciado. Para isso um grupo específico conseguiria se organizar melhor, sendo também a referência de contato entre os parceiros.

Amazonas foi o nome escolhido, pelo caráter desbravador, de quem enfrenta as dificuldades e luta pelos objetivos. No Dicionário Online de Português (2014) amazonas aparece como mulher guerreira e, apesar do grupo das amazonas ser composto por diferentes identidades de gênero, a simbologia da figura de uma mulher é proposital para dar o caráter de força e luta que esse grupo representa.

Catherine Salles, em 1982, no livro intitulado "Nos submundos da Antiguidade", conta a história destas mulheres nas narrativas que aqui apresento. Ela mostra que a mitologia colocou em cena esse povo que era formado por mulheres soldados, que recusavam a autoridade masculina e encarnavam o acesso do que era pregado na sociedade antiga.

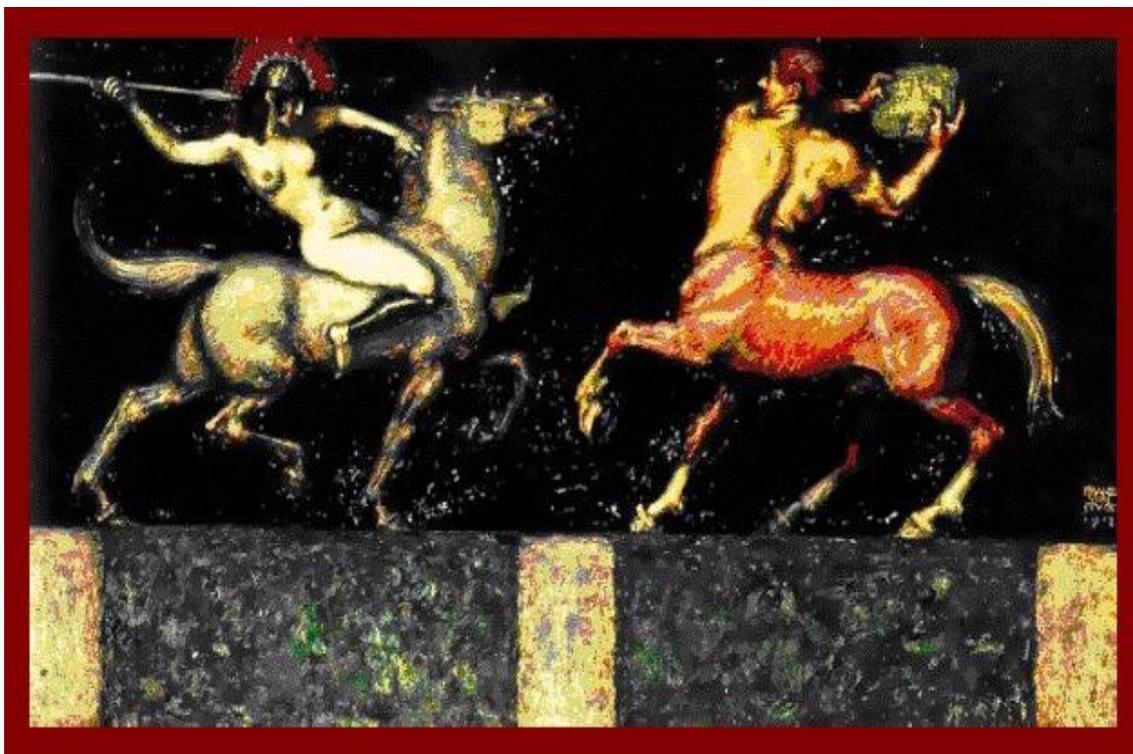
Na mitologia grega as amazonas eram mulheres integrantes de uma nação de guerreiras. Aparecem associadas a diversos povos ao longo da história da

Antiguidade. Na modernidade seu nome foi associado a mulheres lutadoras em geral e, atualmente, remete a mulheres que andam a cavalo em provas de destreza ou de salto.

O nome amazonas tem derivação do iraniano ha-mazan, que significaria originalmente "guerreiras". Outra teoria diz que o termo significa "sem seio" em grego, já que, segundo algumas versões do mito, as amazonas cortavam um dos seios para melhor manejar os arcos.

Seriam mulheres dispostas a marcar no corpo suas batalhas. Hipócrates descreveu-as como não tendo o seio direito, alegando que desde a tenra infância, os bebês eram mutilados por instrumentos de bronze em brasa, construídos para este propósito; estes eram aplicados contra o seio, forçando a cauterização, de modo a interromper seu crescimento, pois acreditavam que desta maneira a força e a potência seriam desviados para o ombro e o braço direito.

Figura 12 - Amazon and Centaur (1912)



Fonte: Disponível em : <http://www.sofadasala.com/mundosperdidos/ernestoribeiro/amazonas06.gif>. Acessado em 12 de fevereiro de 2015.

As amazonas eram transgressoras e desprezavam os valores femininos vigentes na Antiguidade. Os gregos as viam como um desafio a "lei natural". Elas ao mesmo tempo que causavam repulsa, seduziam os homens. Tinham uma postura política revolucionária que abalava a estrutura da sociedade grega. Na época, o papel da mulher era sempre "menor", criando e cuidando dos filhos, enquanto os homens cuidavam das discussões políticas e todo o restante. As qualidades de uma mulher era a obediência e o pudor. A amazona se recusa a essa lógica de papéis, eliminando os homens da sua estrutura política e social.

Figura 13 -Imagem do museu arqueológico nacional de Nápoles- Deusa Artémis – venerada pelas amazonas.



Fonte: Disponível em: http://markcnewton.com/wp-content/uploads/2014/06/tumblr_my8i4sK0Fk1qq0aqqo1_1280.png.jpeg. Acessado em 13 de fevereiro de 2015.

Escrevendo sobre as Amazonas penso que estava presente na escolha do nome, o sentido de luta que essas mulheres representavam, mas não tínhamos noção da dimensão política que aponta para a ruptura com padrões instituídos. O projeto

"Direito a identidade", também, vem constantemente buscando romper com estes padrões, criando condições para acesso ao direito das pessoas se reconhecerem a partir das suas vivências de gênero e não de determinações biológicas. As amazonas representavam mulheres que não aceitavam os discursos sobre elas, assim como o G8-G vem constantemente tensionando os diferentes discursos sobre heteronormatividade.

A partir desse primeiro grupo foram pensadas outras atividades que se beneficiariam da estruturação de grupos de trabalho. Construiu-se a ideia de um segundo GT que recebeu o nome de "As pescadoras" como sendo aquelas responsáveis por construir e fortalecer as redes de trabalho.

O grupo andou afastado no último ano das discussões sobre violência contra mulher e os espaços que antes ocupávamos, acabaram sendo deixados em função da demanda de trabalho do projeto de retificação de registro civil para transexuais e travestis. O desejo do grupo era se inserir ativamente nas discussões feministas, fortalecendo as reuniões de rede e repercutindo estas discussões no grupo, e, ao mesmo tempo, colaborando com as discussões em um cenário ampliado. As pescadoras teriam o trabalho de, estarem atentas aos encontros, participar deles e discutir esta temática nas nossas reuniões semanais.

Ao pensar sobre a imagem de "pescadoras" me chamou a atenção as pinturas de Joaquim Sorolla, um pintor do fim do século XIX, começo do século XX, que ilustrou as pescadoras como elas habitam meu imaginário. Sempre trocando com outras pessoas, compondo redes, histórias e tecendo vidas.

Figura 14- As pescadoras- Joaquim Sorolla



Fonte: Disponível em: [http://www.oilpaintingonline.com/largeimg/Joaquin%20Sorolla%20y%20Bastida/41906-Joaquin%20Sorolla%20y%20Bastida-Beach at Valencia aka Afternoon Sun.jpg](http://www.oilpaintingonline.com/largeimg/Joaquin%20Sorolla%20y%20Bastida/41906-Joaquin%20Sorolla%20y%20Bastida-Beach%20at%20Valencia%20aka%20Afternoon%20Sun.jpg). Acessado em 13 de fevereiro de 2015.

Figura 15- Pescadoras Valencianas - Joaquim Sorolla



Fonte: Disponível em: <http://i1238.photobucket.com/albums/ff481/morfeo61/Art/Joaquin%20Sorolla/JoaquinSorollaBastida--Pescadoras1911.jpg>. Acessado em 13 de fevereiro de 2015.

Pescadoras lembram as redes de pesca, essa rede que captura, que apreende e enlaça, mas estas imagens mostram outras redes, que não são da ordem da materialidade, mas que são tecidas nas relações e nos encontros. As mulheres com

objetivos em comum, se reúnem em volta dos seus cestos e trocam sobre suas vidas. Nesse espaço de troca é possível a acolhida, a escuta do outro e a escuta de si.

Outro grupo de trabalho construído foram as escavadoras. Essas surgem para resgatar a história do G8-G, a partir de uma necessidade de organização do material antigo do grupo e do SAJU-UFRGS. Por solicitação da coordenação do SAJU-UFRGS, cada grupo deveria pensar o que faria com suas pastas que estavam arquivadas e pensamos que podíamos escavar este material antigo em busca de "preciosidades", que nos levassem a entender um pouco da construção do SAJU-UFRGS e do G8-G.

Havia um desejo de entender o que acontecia com os processos judiciais que envolviam o gênero feminino antes da criação do grupo e também se chegavam casos de direito sexual e de gênero ao SAJU-UFRGS e como os grupos davam conta dessas questões. Em uma primeira busca, por exemplo, notou-se que antes da criação do grupo, violência contra a mulher ficava a cargo do direito de família.

A busca de imagens que pudessem tensionar o nome "escavadora", assim como fiz com as pescadoras, não teve resultado positivo e não encontrei nenhuma imagem que ligasse a escavação com pessoas. A escavação remetia sempre a imagem de máquinas, como se escavar fosse algo mecânico e sem envolvimento humano.

No Dicionário Online de Português (2014) a palavra escavação pode ser pensada como o ato de recolher vestígios. Vestígios que vão contar uma história, assim como as fotografias coletadas ao longo do percurso. Quando falamos em história utilizamos esse conceito a partir de Foucault, como a história do presente. Nesta situação, em específico, para pensar elementos da história que ecoam e nos possibilitam compreender como o serviço se torna possível atualmente. Algumas reuniões do G8-G são de escavação, onde explicamos para os novos integrantes o trabalho que estamos realizando, para que eles sintam-se pertencentes a essa história, que está a todo momento sendo questão no nosso trabalho diário.

Ao ser convocada a pensar as imagens que se formam a partir da determinação de grupos de trabalho dentro do G8-G, percebo a transgressão de linhas disciplinares. Em um grupo onde se encontram advogadas, psicólogas, assistentes sociais, artistas visuais, cientistas sociais e estudantes das mais diversas disciplinas, espera-se que cada um responda do seus especialismos e de seus lugares de saber instituídos.

Ao me deparar com a construção de grupos de amazonas, pescadoras e escavadoras, me deparo também com a subversão das disciplinas. A construção de nomes que passam a ser significativos nesse espaço, mas que não indicam o que cada uma de nós faz nessa trama dos jogos de verdade coloca a possibilidade de reinventar espaços onde o trabalho esteja calcado, também, em processos de imaginação.

Aqui vemos a potência de estratégias de resistência que criam espaços onde amazonas e pescadoras atendem em um serviço de assessoria jurídico universitário.

Pensar a transdisciplina foi fundamental para nos darmos conta desse movimento em que constantemente somos aprisionados, mas criamos estratégias de resistência que tornam a nos libertar, para sermos aprisionados novamente em outras situações. A transdisciplina é uma inquietação que pode ser percebida como uma prática reflexiva no sentido foucaultiano, e portanto, como uma ética. Como ética, envolve estratégias de resistência calcadas na perspectiva transdisciplinar para tensionar os saberes e os poderes instituídos.

Acolhimento como ferramenta política em uma assessoria jurídica

Por diversos anos o SAJU-UFRGS vivenciou tensões entre a assistência e assessoria jurídica e ficava evidente que alguns grupos priorizavam o direito tradicional e, de seus lugares de especialistas, elaboravam processos para dar conta das demandas. Enquanto isso, outros grupos repudiavam essa forma de atendimento, considerando que através de correntes críticas do direito, o ideal seria estar próximo da comunidade, trabalhando no seu empoderamento para que pudessem ir em busca dos seus direitos. Havia inicialmente no SAJU-UFRGS uma divisão clara entre os grupos que faziam assistência e aqueles que faziam assessoria. Becker (2010) conta o quanto o G8-G contribuiu para a fragilização dessa fronteira entre assistência e assessoria, mostrando que era possível trabalhar nas duas frentes.

Atualmente dentro do SAJU essa tensão não acontece explicitamente como vemos relatada em Dias (2011) e, apesar de existirem grupos que se identificam com o positivismo jurídico e outros que buscam correntes mais críticas, a grande maioria dos grupos atendem suas demandas com mais flexibilidade.

O acolhimento tem sido uma ferramenta importante na construção da flexibilização nos atendimentos do G8-G, sendo esse uma prática bastante difundida

nas políticas públicas em saúde. Não encontrado comumente no campo do direito, sua inserção no grupo deve-se, principalmente, aos profissionais da psicologia, pela sua familiarização com a importância do acolhimento integral.

Acolher se torna um fluxo importante de análise das estratégias de resistência, pois desacomoda o grupo, colocando outras possibilidades de práticas e isso é algo positivo. Ao considerar a importância do acolhimento integral em espaços jurídicos, passamos a lidar com uma demanda diferenciada, entendendo que, nem sempre, o processo jurídico será efetivado. Este entendimento nos tira do espaço seguro dos especialismos, para nos lançar no campo das incertezas trazidos por cada atendimento.

Experienciar a assessoria como um processo e estar disposto a acolher provoca um deslocamento do problema jurídico para o sujeito. Dessa forma, veremos a pessoa em sofrimento, que vem para atendimento, que esbarramos na sala de espera, que escutamos caminhando em uma manifestação social ou nas oficinas nas comunidades onde estamos trabalhando.

Segundo Dicionário Online de Português (2014), acolher é aceitar, amparar, apoiar, asilar, agasalhar, receber e o acolhimento como ato expressa uma ação de inclusão. Segundo Solla (2006), ao acolhermos integralmente, buscamos uma escuta qualificada, dando uma resposta positiva ao pedido, de modo que seja feito um encaminhamento e o acompanhamento pelo serviço. Acolher é mostrar que estamos cientes do sofrimento e que faremos o possível para buscar a solução que o sujeito procura.

A noção de “integral” utilizada ao nos referirmos ao acolhimento, também passa a ser um conceito operador que pressupõe, como nos mostra Gomes e Pinheiro (2005), uma preocupação em atender para além das demandas explícitas, percebendo a multiplicidade de questões que um sujeito vivencia. A integralidade também irá pressupor uma horizontalização no atendimento. Os autores fazem esta discussão com referência nos serviços de saúde, porém, na experiência cotidiana em atender as pessoas em sofrimento num serviço jurídico, vemos que elas se beneficiam em um atendimento integral.

O acolhimento, enquanto técnica, implica na construção de ferramentas que contribuam para a escuta e análise, identificando entre as soluções possíveis de serem ofertadas, as mais adequadas as demandas apresentadas. Portanto, não basta

acolhermos os sujeitos sem a responsabilização do serviço sobre o caso e a atenção ao senso de cuidado que sustenta esta relação. Isso mostra uma postura ética, onde estamos implicados com o sofrimento dos assistidos e não somente com as queixas que indicam dificuldades específicas.

Segundo Brasil (2010), o acolhimento deve ser ético, estético e político. Dessa forma, o mesmo seria ético pois teria um compromisso com o reconhecimento do outro, acolhendo em suas diferenças e seus modos de viver e sentir a vida. Seria estético por trazer para as relações e os encontros do dia a dia, a invenção de estratégias que contribuem para uma vida digna. E por fim, seria político pois visa implicação com o compromisso coletivo de estar com o outro, potencializando protagonismos de vida nesses diferentes encontros.

O acolhimento não é um espaço ou um local, mas uma postura, que não pressupõe profissional específico para fazê-lo. Implica no compartilhamento de saberes, angústias e invenções, tomando para si a responsabilidade de cuidar de outra pessoa. (BRASIL, 2010)

Ao pensar nesse fluxo de análise, construí, a partir de 6 fotografias, uma fotomontagem que tensiona os processos de acolhimento dentro do espaço do G8-G.

Figura 16 - Acolher



Fonte: Fotocomposição feita a partir do acervo fotográfico do G8-Generalizando por SCHMIDT, Rossana B.H. (2014)

A fotocomposição mostra o potencial de transformação do G8-G, representado por um presente que uma integrante do grupo deu a todos os membros. Ela distribuiu pequenos bilhetinhos com um grão de pipoca fechado e outro aberto, que indicava o potencial de transformação. Essa foto serviu de referência para a fotomontagem, porque ela pode representar os deslocamentos que tornam possíveis a criação de estratégias de resistência, como o acolhimento. Para compor a imagem utilizei também fotografias das nossas reuniões, sempre em círculo, para que todas as pessoas consigam ver e se ouvir. O acolhimento também passa pelo cuidado com o grupo, pelo respeito entre os integrantes e pelo desejo de nos comprometermos uns com os outros. Por fim, duas imagens que mostram o projeto "Direito a Identidade", que só foi possível porque nos organizamos de forma a escutar o que as pessoas transexuais e travestis demandavam. Muito antes da criminalização da homofobia, como vemos na mídia constantemente, essas pessoas queriam ter seus nomes reconhecidos e respeitados. Acolher esse pedido, pensar em um projeto que se torna possível e marcharmos até o foro central para protocolarmos as ações, trazendo visibilidade para as pessoas envolvidas, tem sido uma forma de acolhermos integralmente o sujeito.

Ao mesmo tempo que a imagem mostra o acolhimento possível, ela evidencia também aquele que não foi possível ser feito: a dificuldade do G8-G em diferenciar o acolhimento do aceite integral em razão do grande número de pessoas que aguardam atendimento no projeto. Enquanto o primeiro é um processo que busca a autonomia do sujeito, o segundo acaba se prendendo na concepção de que apenas o G8-G pode atender esta demanda. Mesmo que as intenções sejam boas, o acolhimento pressupõe a formação de redes. O serviço funciona apenas um turno por semana, todas são pessoas que trabalham voluntariamente e existe um limite imposto pela disponibilidade de tempo. Assim, é comum o grupo encontrar-se sobrecarregado, por aceitar todas as demandas, e nem sempre conseguir de forma eficaz compartilhar as mesmas com outros grupos.

Um integrante do grupo comentava em uma reunião, sobre o fato de que tentamos tanto fugir da lógica posta pelo trabalho pautada por "não fechar nada previamente", que acabamos deixando tudo muito solto, não discutindo os processos e acabando por repetir os velhos padrões.

o acolhimento é importantíssimo, e o pilar basilar do grupo, mas também trabalhamos em uma perspectiva de autonomia... acolhimento e autonomia devem ser pensados juntos.. e nesse sentido, será que as pessoas que não serão atendidas pelo G8G ficarão "soltas e perdidas" necessariamente? será que elas não podem encontrar outras formas, estratégias, alternativas? (como diz minha orientadora, é incrível observar como a vida e o desejo encontram seus meios de se manifestar..) acredito que devemos munir as pessoas de recursos e infos para que possam se empoderar o máximo possível, e acho que isso envolve não pensar se nós somos o unico serviço capaz de dar uma resposta digna às pessoas, ou como se sem nós elas fossem necessariamente ficar desamparadas... a defensoria por exemplo, ainda que com menor referencial técnico que nós, tem o dever legal de pegar essas ações, e também é interessante que a população trans+ saiba que tem o direito de ter essa ação movida de forma gratuita pelo Estado... enfim, somente reflexões- email de um integrante enviado para o grupo (Diário de Campo 30/06/14)

“Querer mudar o mundo” é uma frase que escutei diversas vezes durante o período em que estive com o G8-G. Talvez por sentirem-se comprometidos com esse ideal de revolução, tenham dificuldades em negar formalmente os pedidos de atendimento que chegam. Enquanto muitos grupos do SAJU-UFRGS se detêm em atender as pessoas no seu turno, o G8-G, além dos atendimentos regulares, organiza oficinas, paradas livres, rodas de conversa, intervenções na universidade, mesas de debate, falas em rádio e em televisão. As inúmeras atividades que mostram o quão diversificado pode ser um trabalho de assessoria jurídica, faz com que as pessoas se envolvam em algumas coisas e em outras não.

Como tem sido costume, os atendimentos chegam e poucas pessoas querem de fato ir atender. Penso que isso é estranho, porque ao mesmo tempo que o grupo é sempre tão disposto, a estar ali, trocando, recebendo as pessoas, muitos ficam em silêncio quando a secretária bate na porta. (Diário de Campo 16/05/2014)

Vem sendo comum no grupo o descaso com os atendimentos, as pessoas não querem se responsabilizar com as os processos, mas por outro lado há um discurso forte de envolvimento emocional no grupo e do quanto é incrível ser parte do G8-G. (Diário de Campo,08/08/14)

Os atendimentos formais, que podem (ou não) gerar processos não tem sido o alvo de maior interesse do grupo.

Hoje tivemos reunião de avaliação do ano e uma pessoa disse que gosta de se sentir desafiada, e que os processos nem sempre eram um desafio, apenas mais do mesmo. Que sentia-se animada para escrever uma petição quando o caso era inédito, precisava de pesquisa, de busca e de reflexão por parte do grupo. A partir dessa fala uma outra pessoa integrante questionou porque ainda fazíamos processo? Porque não abrimos mão disso se é algo

que não gostamos e que sempre cria tensões, e nos dedicamos ao que o grupo pensa que pode ser a sua contribuição? Não ficou nada decidido, mas senti que para maior parte do grupo abandonar os processos ainda é algo assustador, pois assim como o laudo é o instrumento da psicologia, as petições são um instrumento do direito e o G8-G é um espaço de formação. (Diário de Campo, 12/12/2014)

Existe um discurso forte da importância do acolhimento nos espaços de trabalho, e deste ser muitas vezes uma estratégia de resistência, pois nos permite escutar aquilo que normalmente não seria escutado por nós, tendo em vista que não se encaixa nas demandas para um serviço jurídico.

Lembro quando surgiu o pedido para que fizéssemos oficinas em um centro cultural para crianças da Vila Pinto. O pedido veio a partir da dificuldade dos profissionais deste centro de lidarem com a sexualidade das crianças. Conversando entre nós, a primeira indagação que surgiu foi: porque chamaram um pessoal do direito? O que pode uma assessoria jurídica para trabalhar sexualidade em um espaço com crianças? E foi um trabalho potente do grupo, que durou um semestre de oficinas semanais e que despertou o desejo de que, no ano de 2015, o grupo pudesse estar cada vez mais próximo de oportunidades como essa.

Acolher pode ser pensado como uma estratégia de resistência dentro de um grupo de assessoria jurídica, pois acontece uma inversão na lógica disciplinar e nas práticas especializadas. Habitualmente as pessoas que precisam de atendimento tentam se encaixar naquilo que o serviço tem para oferecer, e acolher e, de alguma forma, provocar deslocamentos para que possamos dar conta da problemática da pessoa que procura o G8-G. Atender a demanda acaba não sendo entendida como efetivamente um processo ou tomar pra si aquela problemática, mas conseguir pensar juntamente com a pessoa, formas de resolver o problema. Esta discussão conjunta pode, significar encaminhar para um espaço que poderá dar conta efetivamente de sua queixa.

Em virtude dessas discussões e de restituições da minha pesquisa que identificou estas dificuldades, realizamos, em novembro de 2014, um encontro de formação sobre acolhimento. Esse encontro contou com a presença de outras pessoas do SAJU e foi um importante momento de retorno do trabalho que eu venho realizando para o grupo.

Interlocuções entre movimento social e academia

Figura 17 - Militância



Fonte: Fotocomposição feita a partir do acervo fotográfico do G8-Generalizando por SCHMIDT, Rossana B.H. (2014)

O que é militar dentro da academia? O que pode um militante dentro de um espaço acadêmico? E o que pode um acadêmico dentro do espaço de militância? Como podem os saberes ditos científicos e aqueles, do "senso comum", se encontrarem em um espaço único? O que é a militância, senão a resistência ao que está posto? E o que é a academia, senão a cristalização de verdades? Quando a militância pode instituir verdades? Quando a academia resiste aos instituídos?

Pensar a militância no G8-G implica em dois movimentos: o primeiro deles é visibilizar a forma de trabalho do grupo, que acontece de forma implicada e envolvida, e que ficou mais evidente a partir do projeto Direito a Identidade. O segundo movimento é a análise das minhas implicações enquanto pesquisadora, ou seja, o reconhecimento de que todo o processo de pesquisar se deu a partir do encontro de uma pesquisadora militante com um grupo que milita.

Segundo Dicionário Online de Português (2014), militância é participar ativamente em favor de um ideal político e social. É sinônimo de prática e, por isso, acontece no campo da ação e do fazer. Militar na pesquisa, ou mesmo dentro de espaços acadêmicos só é possível quando estamos cientes das nossas implicações políticas e calcados em referenciais bem claros. A Análise Institucional, por exemplo,

compreende a dimensão política da pesquisa e da academia e cria condições para coloca-las em análise nos processos de intervenção institucional. Há um deslocamento daquela ciência dita pura e do olhar que busca neutralidade, para um olhar que reconhece que é atravessado por diferentes instituições, e que a história sempre estará em questão no ato de pesquisar.

Obviamente que convocar a militância para o interior da academia, seja na pesquisa ou na extensão, traz contradições. A primeira delas é esse receio do envolvimento do posicionamento político na ciência, identificada por muito tempo como neutra. Outro ponto de tensão é que, a contradição entre a legitimação de saberes da academia e a resistência dos mesmos pela militância, no caso específico da discussão de gênero e sexualidade. Nos direitos sexuais e de gênero, o movimento militante mostra as marcas no corpo que não se enquadram nos saberes acadêmicos legitimados como científicos, por exemplo. A militância escancara aquilo que muitas vezes é desvio das normatizações que foram construídas dentro de espaços acadêmicos.

Foi comum ao longo desse percurso da pesquisa me deparar com momentos de tensão entre as ONGs LGBTQIs de Porto Alegre e o G8-G. Os espaços de militância criticavam, por exemplo, na época da organização da parada livre, os slogans academicistas que eram sugeridos pelo G8-G, pensados a partir de livros de autores que são conhecidos muitas vezes somente dentro do meio acadêmico. Conquistar um espaço ao lado do movimento social sempre foi um desafio para o G8-G, tendo em vista que o mesmo não acreditava ser possível um trabalho de efetivo acesso aos direitos humanos sem que estivessem em sintonia com as pessoas e movimentos a quem esses direitos interessavam mais de perto.

Por outro lado, trazer a militância para dentro da academia também gera tensões com o espaço acadêmico dito tradicional, que está acostumado com práticas assistencialistas e falas pautadas no discurso disciplinar e dos especialismos. Assim, o SAJU-UFRGS como um todo acaba sempre sendo resistência dentro de uma universidade que se propõe a formar os melhores bacharéis em direito baseado em critérios meritocráticos.

O Saju parece fantasma assombrando os corredores da universidade” - fala de um integrante referente ao apoio da universidade ao Saju. Ele explica que para a faculdade como um todo o saju não existe. “Não se fala das práticas lá dentro, não há preocupação em ensinar temáticas que favoreceriam o

trabalho". O Saju é um espaço que resiste na universidade, e que por vezes passa como invisível. Eu me questiono, o que faz com que o saju continue dentro da universidade? (Diário de Campo 20/06/14).

O SAJU é uma porta de entrada da militância na academia. Ele traz a voz do "senso comum" e convida para o diálogo. O G8-G já organizou rodas de conversas com o público LGBTQI no salão nobre da Faculdade de Direito, onde pessoas que comumente se encontra a margem na universidade, foram convidadas a contribuir na construção de políticas que atendam efetivamente suas demandas. Dentro de uma universidade, por vezes engessada pelas práticas cristalizadas institucionais, o SAJU-UFRGS se torna uma parte viva, em movimento, instituinte e que resiste e tensiona, se envolvendo em lutas diversas.

A reunião nessa sexta foi atípica, o Direito encontra-se ocupado em virtude de um problema em um concurso público que demonstrou inúmeras irregularidades. A reunião aconteceu então na sala da diretoria, um espaço imponente, com cadeiras altas, mesas antigas, tapetes pomposos, que se confundem em meio a colchões de ar, pertences pessoais, como uma escova de dentes e um cachorrinho de pelúcia. A tensão está presente nos cartazes, que indagam para quem é afinal a universidade, e porque um espaço público se torna tão elitista e para poucos. Ao longo dos corredores barracas ocupam o espaço que antes eram apenas de passagem, e varais com cartas de apoio mostram que essa luta não é apenas dos estudantes do direito. (Diário de campo 16/05/14)

Ainda assim, apesar desse caráter provavelmente mais implicado e político do SAJU-UFRGS como um todo e do fato de que sua gestão se identifica com ideais libertários que buscam a horizontalização dos processos administrativos, encontra-se nesse espaço diferentes formas de vivenciar a experiência de extensão.

Ao referir a experiência vivida no SAJU em Debate, espaço onde os sajuanos se encontram para discutir a vivência no saju e também vivenciar momentos de integração, um geitano comenta que seríamos a esquerda da esquerda. E que isso ficou bem claro. O quanto o SAJU é uma oposição na universidade de direito, por buscar trabalhar na lógica da horizontalidade e autonomia estudantil, mas ainda assim reproduz um direito engessado em muitos dos seus grupos, pautados pela lógica normativa e punitivista. O G8-G tenta romper com tudo isso, se colocando de forma a garantir os direitos, entrando em embates políticos que não são muitas vezes o mais lógico. (Diário de campo 07/11/14)

Uma integrante lembra que o G8-G sempre teve um caráter político, desde os seus primórdios, e lembra da importância do G8-G para o SAJU como um todo, e para a faculdade de Direito. Conta que o interesse dela pelo G8-G veio em função das diversas atividades que o este fazia pela faculdade, mostrando que o Direito podia ir além de regras e normas, e contribuir de formas diferentes para o campo dos direitos e principalmente dos direitos humanos (Diário de campo 08/08/14).

Pelo grupo se permitir ser “a esquerda da esquerda” como a fala de um integrante citada através do Diário de Campo (2014) é que acontecem encontros como o Direito a Identidade. Este foi um projeto viabilizado no final de 2012, a partir da entrada de uma advogada transexual no grupo, que também tinha muitos anos na militância LGBTQI. Acreditamos que ela foi uma peça fundamental nessa interlocução entre movimento social e academia, solidificando uma parceria com a ONG Igualdade – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, que já existia em virtude da organização da parada livre, mas com laços mais frágeis.

O “Direito a Identidade: Viva seu nome” tem como objetivo ajuizar processos de retificação de registro civil para o público transexual e travesti. Este foi pensado para atender uma demanda que vivencia grande índice de vulnerabilidade e sofrimento, segundo consta na Política Nacional de Saúde Integral para o público LGBTQI (Brasil, 2013).

Ao elaborarmos o projeto, estávamos cientes de que não havia uma legislação específica que contemplasse o pedido da troca de nome por questões de gênero. Ao mesmo tempo, sabíamos que as exigências para fundamentar um processo nessa área incluíam documentos psicológicos que atestassem o direito da pessoa efetivar a retificação. Os processos que tínhamos notícia corriam em outros estados, ou mesmo no Rio Grande Sul, demoravam muitos anos e tinham as custas judiciais elevadas, o que mantinha um percentual considerável do público LGBTQI em situações de risco e marginalidade. Com base nessas questões, iniciamos os atendimentos dispostos a fornecer gratuitamente e através da assessoria jurídica, o ajuizamento do processo e o parecer psicológico.

A primeira tensão que encontramos estava relacionada ao tipo de documento psicológico a ser elaborado para compor o processo. Neste caso, o desafio foi elaborar um documento que servisse para o encaminhamento judicial e para o acesso aos direitos, mas que, ao ser elaborado, não violasse outros direitos. Em outras palavras, o processo de um laudo psicológico previsto na composição do processo judicial, envolve testagem, ou várias entrevistas que investigam possíveis patologias ou transtornos psíquicos que, ao final, levam ao veredicto sobre a justificativa da troca de nome.

O G8-G quando do desenvolvimento deste projeto, tinha claro que a produção de um laudo poderia ser mais uma invasão na vida dessas pessoas. Era ocupar o espaço legitimado de poder e saber da Psicologia, que poderia ocorrer de forma invasiva para autorizar ou não uma trajetória de sofrimento que, estava sendo vivenciada pelos sujeitos que demandavam a troca de registro civil.

Assim, com assessoria do Conselho Regional de Psicologia do RS (CRP-07), acordamos que um parecer psicológico seria um documento de igual importância, mas por outro lado, menos invasivo. Dessa forma, o foco seriam as vivências de sofrimento trazidas pela inconformidade entre o registro social e o gênero.

O parecer psicológico, segundo o CRP (2014) é um documento que visa responder uma questão problema, enfocando os modos como a produção de conhecimento, os aspectos culturais e históricos produzem os contextos em que estas questões-problemas se produzem. Desta forma, busca os modos como estes fatores podem provocar vivências de sofrimento e de adoecimento. Com base nessas informações, elaboramos documentos que respeitassem a individualidade e a privacidade de cada assistido pelo projeto, integrando as histórias particulares aos processos sociais e históricos.

Estes documentos trariam um pouco desse percurso de sofrimento, mas também, poderiam instruir a justiça sobre o que se discute atualmente em correntes pós-estruturalistas a respeito de gênero, transexualidade e travestilidade. Desta forma, transformava o que antes era um documento de avaliação do sujeito, em um documento social, calcado nas vivências dos sujeitos em sociedade.

O desejo de acolhermos integralmente os assistidos que chegavam até o serviço com o pedido de retificação de registro civil, fez com que pudéssemos tensionar o que estava posto como verdade e encontrar outros caminhos que garantissem os direitos e, ao mesmo tempo, não violasse o sujeito de direito.

Um atendimento integral em Direitos Humanos, desta forma, torna-se possível quando provoca o desejo de desnaturalizar as verdades instituídas e romper com barreiras postas pelos regimes de verdade e pelos jogos de poder, em busca de práticas comprometidas com micropolíticas. Este projeto implica um olhar constante sobre o próprio trabalho de forma crítica e implicada na busca de efetivação dos Direitos Humanos como prática política e de produção da vida e de modos de viver.

A possibilidade deste projeto dentro da universidade se dá pelo encontro com a militância. Enquanto, por exemplo, víamos muitos especialistas reivindicarem e debaterem a criminalização da homofobia, que é um tema relevante para o público LGBTQI, o que escutávamos na prática, na vivência, nas salas de atendimentos e nos eventos onde nos fazíamos presentes, era um outro tipo de violência trazida pelo não reconhecimento do sujeito que colocava a necessidade de ter sua identidade reconhecida. O que acontece entre academia e militância muitas vezes é um descompasso e a certeza de que aqueles que estudam sabem sempre o que é melhor para a vida das pessoas como um todo.

Ao compor a imagem (figura 17) que abre essa discussão, foram utilizadas quatro fotografias que, sobrepostas, se confundem e se misturam, mostrando o quanto essas fronteiras postas pelos jogos de poder são fluídas e precisam ser tensionadas.

A primeira imagem que escolhi (figura 18) foi uma fotografia feita nos fundos da faculdade de Direito da UFRGS na ocasião do segundo mutirão do Direito a Identidade.

Figura 18 - Instituído e Instituinte



Fonte: Acervo fotográfico do G8-Generalizando

Essa fotografia é bastante significativa, pois mostra o prédio imponente conhecido como “castelinho” pelas pessoas que nele trabalham e estudam, ocupado pela militância LGBTQI, os integrantes do G8-G e o Nupsex. Nesse dia tivemos uma roda de conversa no salão nobre e aquelas pessoas que normalmente se encontram a margem das universidades, tiveram seu espaço de fala dentro de um "castelo".

Para sobrepôr a essa imagem, utilizei uma fotografia (figura 19) feita no primeiro mutirão do Direito a Identidade de uma bandeira LGBTQI. A bandeira mostra a luta e as cores do arco íris que indicam a diversidade. A sobreposição desta a uma foto da universidade, lembra, para mim enquanto pesquisadora na construção dessa pesquisa, o quanto ali também deve ser um espaço de lutas.

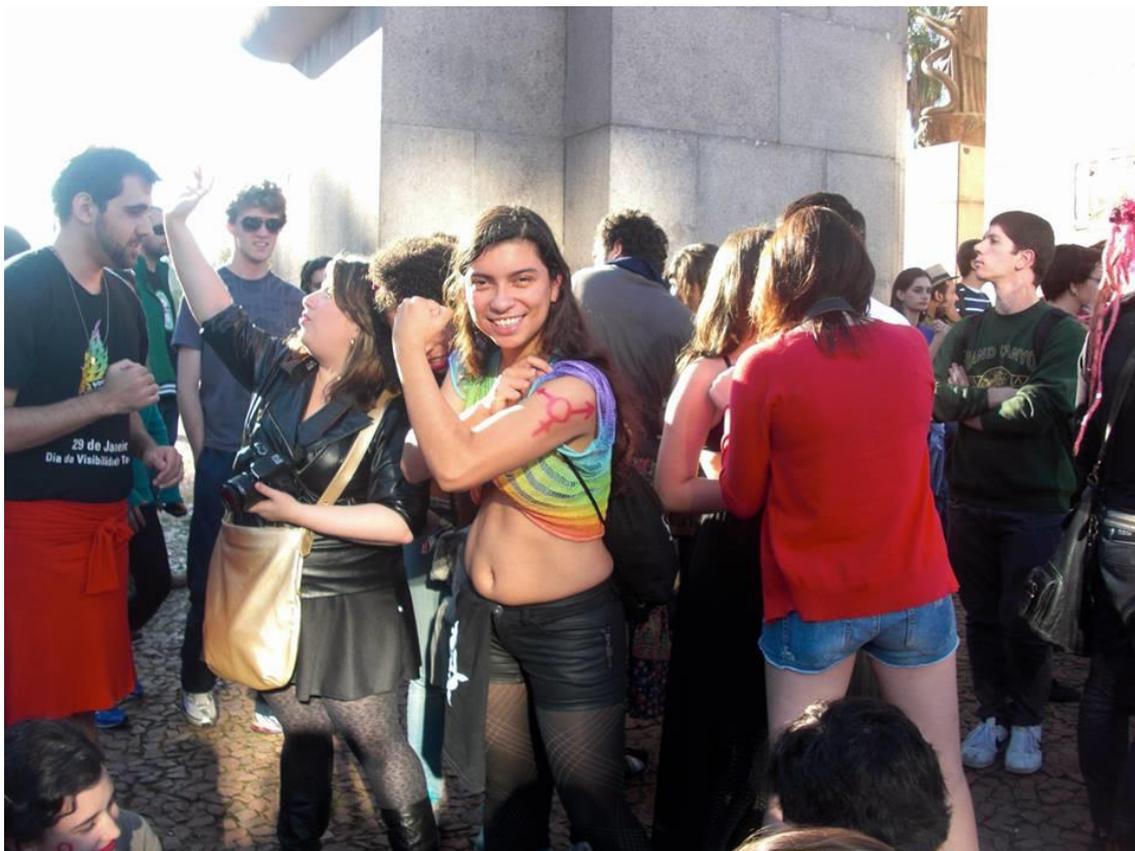
Figura 19 - Luta



Fonte: Acervo fotográfico G8-Generalizando

A terceira imagem (figura 20) foi produzida na Marcha das Vadias e mostra integrantes do grupo em meio a um espaço de militância, pintando e marcando seus corpos com suas convicções políticas. Essa imagem se junta as outras pois evidencia os lugares de falas e as implicações, os atravessamentos institucionais que se fazem presente no grupo e marcam mais uma vez o caráter político do G8-G.

Figura 20 – Marcha das Vadias



Fonte: Acervo fotográfico G8-Generalizando

A última imagem (figura 21) são palavras de luta também escritas na marcha das vadias. Fazem uma brincadeira gráfica ao escrever a palavra sistema utilizando o CIS, indicativo de cisgênero, que é uma nomenclatura que se refere dentro dos espaços de militância a pessoas que estão de acordo com a norma e tem seu sexo e gênero em sintonia, ou seja, não sofrem as opressões da transexualidade. O pedido da imagem representa um ideal político, do rompimento dessas estruturas prévias e normativas que instituem apenas uma forma de ser, e se juntam as outras imagens como um grito militante.

Figura 21- CISTema



Fonte: Acervo fotográfico G8-Generalizando

A fusão dessas quatro imagens construindo uma outra imagem provoca deslocamentos e inscrevem a militância dentro de um espaço de academia, dentro de um espaço de extensão e dentro dessa pesquisa. Trabalhar em um grupo implicado faz com que não seja possível diferenciar pesquisador e pesquisado em busca de uma neutralidade e coloca, ao longo do processo, várias crises.

Para dar conta de ser uma pesquisadora militante segundo Merhy (2014) tive que lançar mão de uma metodologia que me possibilitasse ir a campo sem que nele ficasse imersa, sem a possibilidade de colocar em análise as tantas questões lá encontradas. Assim, a escolha pela pesquisa-intervenção e pela análise institucional deram ferramentas para vivenciar esse processo de forma política, colocando em análise a minha vivência enquanto pesquisadora e militante.

A seleção do mestrado, a escolha do anteprojeto e a sua escrita, foram um trabalho sozinho, mas não solitário. O grupo G8-G foi avisado de quando faria a seleção, do desejo de pensar essa relação tão intensa que vivíamos entre os integrantes e de problematizar nosso trabalho. O grupo esteve ali, se fazendo e escrevendo junto comigo. Talvez naquele momento eu não percebesse, mas hoje

arrisco pensar que sempre escrevi do campo de intervenção, implicada com o mesmo, usando as vozes do grupo em combinação com a minha. Talvez por isso seja difícil pensar quando a pesquisa começou, porque ela já acontecia toda sexta feira, quando em reuniões do grupo, nas salas de atendimento ou nos mais diversos eventos.

Estar assim "tão dentro", tem coisas boas e ruins e acho que é necessário pensar mais frequentemente sobre o estar no grupo, sobre como combinar esses papéis de psicóloga-pesquisadora, sobre como deslocar o olhar, desnaturalizando as práticas. Principalmente porque respondo do lugar de integrante do grupo, mas também do lugar de mestranda que chega, através de um problema para tensionar o espaço ocupado, inclusive por mim.

Na escrita dessa dissertação constantemente me vi implicada quando ao narrar uma vivência fazia em primeira pessoa do plural. Estranhei esse nós que insistia em ocupar o espaço da escrita, e busquei em alguns momentos me distanciar, analisando esse processo como expectadora. Mas noto que em diversos momentos recorro ao "possível erro". Por um momento pensei em revisar toda a dissertação e colocar as vivências na terceira pessoa do plural, talvez isso fale daquele desejo de verdade e de ciência que habita dentro de nós. Mesmo quando nos propomos a práticas de resistência, estamos sendo capturados novamente por formas normativas de se trabalhar na pesquisa.

No final, decidi que deixaria assim e explico o motivo dessa escolha: existem momentos em que eu estava como trabalhadora do grupo e que narrar esse processo na terceira pessoa seria impossível, mas existem outros em que me deparei com questões que só a entrada como pesquisadora me fizeram olhar e, nesse momento, sinto como se estivesse contando histórias da vivência do G8-G. Por isso, algumas vezes o contar pedia a primeira pessoa do plural, porque foram processos onde estávamos todos implicados. E existem outros em que eu sinto a existência de algo entre o papel de trabalhadora e o de pesquisadora, e essa distância, em reconhecer percursos que só foram possíveis pela pesquisa, me fazem narrar o G8-G como sendo parte de um processo de (re)conhecer.

Essa confusão nos pronomes talvez seja o espaço do "entre" convocado pela pesquisa-intervenção. Espaço que sinto ocupando, pois não sei quais seriam os pronomes mais adequados a utilizar e espaço que vejo as pessoas do grupo ocuparem, pois muitas vivenciam sofrimentos com seus pronomes, e que também se

faz questão no projeto de retificação de registro civil. Ou seja, escolher pronomes sempre é um caminho de posicionamento político, de implicação e de militância.

Trabalhar nesse *duo* de papéis é totalmente possível quando referenciado pela pesquisa-intervenção, pois como bem aponta Lourau (1993) intervir é ocupar o lugar de teórico mas também de pertencente do grupo.

Segundo Lourau (1993) a análise institucional não possui um caráter hierárquico, tendo como perspectiva a desnaturalização das práticas e colocando o coletivo em análise e, dessa forma, tensionando o analista a deslocar-se do espaço de especialista para ocupar o *entre*.

Esta foi uma escrita possível entre tantas outras que poderiam ter sido se outras pessoas ocupassem esta posição. Para mim se fez questão ver como que, em um espaço que se propõe a ser lugar de acesso aos direitos sexuais e de gênero, as práticas são reinventadas, sendo resistências a lógica disciplinar. Estes questionamentos de ver o que escapa já vinham me acompanhando em todo meu percurso acadêmico, desde os tempos de graduação, quando inserida em um GAJ - Gabinete de Assistência Jurídica, espaço de direito tradicional.

Entrar em um grupo com a preocupação de um trabalho horizontal, onde o acolhimento, a militância e principalmente os espaços transdisciplinares eram uma grande questão, fez com que eu quisesse embarcar nesse percurso de vivenciar ao lado dessas pessoas o fazer em uma assessoria jurídica universitária voltada para as questões de gênero e sexualidade, buscando a transversalização das práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção dessa escrita deixa várias inquietações, e bom que seja assim. O grupo G8-G se propõe a ser um espaço de resistência, de movimentos instituintes e para isso coloca em análise constantemente suas práticas. Os momentos infundáveis de “discutir a relação”, expressão utilizada pelo grupo, faz com que o mesmo esteja sempre implicado na construção de uma prática ética, que transversalize os modos instituídos de viver e abra para outras formas de se trabalhar em Direitos Sexuais e de Gênero.

Ao longo de toda a dissertação, as imagens foram fundamentais por provocarem deslocamentos no grupo e em mim enquanto pesquisadora. Elas permitiram buscar os invisíveis do visível, nos possibilitando olhar uma segunda vez para o que estava posto e buscando o transver enquanto uma potência de criação e de imaginação que pode se refletir no que chamamos de uma "prática bela".

Algumas questões ficam em aberto nessa finalização, como a discussão do desejo de uma prática libertária dentro de um espaço jurídico. Como é possível em uma sociedade liberal, não ser absorvido por ela, e ao mesmo tempo produzir práticas que sejam de liberdade mas também de comprometimento? Entendemos aqui que estar livre não é a ausência de amarras, mas a possibilidade de se inquietar frente a elas, como nos mostra Foucault (2012b). Assim, ao longo desse percurso tivemos algumas pistas de estratégias de resistência, sendo três delas desenvolvidas aqui: a transdisciplina, o acolhimento e a militância. Outras tantas ficam em aberto no G8-G, esperando serem capturadas por novos olhares, implicados com o fazer, com o posicionamento político e com a produção de intervenções que se proponham a problematizar as normatizações.

Importante lembrar que, para Foucault, a insubmissão da liberdade é um pressuposto para as relações de poder. Dessa forma, implicando na resistência e provocando a ética, enquanto uma prática reflexiva de liberdade e cuidado de si, assim como a inquietação e o tensionamento das formas de submissão. (FOUCAULT, 1994)

Ao falar do cuidado de si, Foucault (2012b) aponta que se constituiu no mundo greco-romano como um modo pelo qual a liberdade individual foi pensada como uma ética. O autor não quer dizer que a ética seja o cuidado de si, mas que “a ética como prática racional da liberdade girou em torno desse imperativo fundamental: cuida-te de ti mesmo” (FOUCAULT, 2012b, p. 262). Salieta ainda, que o cuidado de si em

nada tinha a ver com individualismo, quando praticado pelos gregos, apesar de que, com a ascensão do cristianismo tenha sido visto como uma prática egocêntrica

Segundo Candiotto (2010), o cuidado de si enquanto uma inquietude, acarreta por outro lado o descuidar-se do eu normatizado, ou seja, o eu assujeitado, preso aos discursos da ciência, por exemplo. Cuidar de si então, seria um desassujeitamento através do autoconhecimento, modificando nossa maneira de ser.

Ao trabalharmos com questões de gênero, que fogem a lógica normativa, estamos diariamente sendo convocados a nos descuidar do nosso eu normatizado. Em cada escuta que acolhemos, mesmo que não esteja claro o porquê dessa demanda ter chegado até nós, em cada projeto que entramos "de cabeça", militando pelas coisas que acreditamos e em cada prática que construímos, apoiada no nosso desejo e não em caixas disciplinares, estamos criando estratégias de resistência e abrindo caminho para práticas reflexivas e éticas.

Foram esses processos de estratégias de resistência, de inquietamento e de reflexão que busquei visibilizar no G8-G. Como nos mostra Foucault (2012b), olhar para nossas amarras faz com que possamos resistir as mesmas. Essa talvez seja a prática mais bela que pude compartilhar dentro do grupo de assessoria jurídica universitária em direitos sexuais e de gênero. Uma prática transformadora do trabalho que permite lançar-se ao desconhecido e produzir movimentos instituintes, em busca de um comprometimento com o coletivo.

Cabe salientar, que precisamos entender os conceitos aqui trabalhados sempre em movimento, em processo, tensionando a naturalização e a fixação. Ao problematizarmos as práticas do grupo a partir das lógicas disciplinares, pensando em como é possível construir estratégias de resistência, não estamos querendo dizer que o G8-G estaria indiferente ao assujeitamento. Como bem lembra Foucault (2012b), devemos tomar cuidado com a armadilha de acreditarmos que se nos libertássemos dos regimes de verdade, seríamos livres. De alguma forma, estaremos sempre sendo captados por relações de poder, podendo, a partir de reflexões éticas e das práticas de liberdade e de liberação, provocar o poder e resistir, para sermos captados novamente, em um constante devir.

Por fim, termino essa escrita me sentindo diferente, porque sinto que estar no campo de intervenção possibilitou operar mudanças em todas as pessoas envolvidas. Eu sinto que ao finalizar esse processo estou, na verdade, abrindo outras tantas possibilidades, que só são possíveis pelo caráter político que esta experiência teve. Muito mais que ir ao campo de intervenção para desvendar uma problemática, eu estive no campo construindo uma questão ao lado do G8-G.

Segundo Hillsheim, Cruz e Somavilla (2008) pesquisar é buscar o novo, inventar e criar, abandonando o desejo pela verdade para priorizar os processos. Essa dissertação é a história possível de ser contada dos mais diferentes processos vividos no encontro com o grupo G8-G. Chego ao final dessa etapa ciente de que pude acompanhar as transformações no campo de intervenção, entendendo que o objetivo do ato de pesquisar está na realização da pesquisa (HILLESHEIM; CRUZ; SOMAVILLA, 2008).

REFERÊNCIAS

ALIMENA, Carla Marrone. **Conflitualidades em trânsito:** Discursos Jurídicos e de Gênero no G8-Generalizando (SAJU-UFRGS). Dissertação de mestrado – Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

AMADOR, Fernanda. Transdisciplinarizar. IN: FONSECA, T.M.G.; NASCIMENTO, M.L.; MARASCHIN, C. **Pesquisar na diferença:** um abecedário. Porto Alegre, Sulina, 2012, p 231-233.

BAREMBLITT, Gregorio. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BARROS, Manoel de. **Livro Sobre o Nada.** São Paulo: Record, 1998.

BARROS, Regina Duarte Benevides de. PASSOS, Eduardo. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. In: MOURÃO, Janne C. **Clínica e Política 2.** Rio de Janeiro: Abaçar: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

BARROS, Regina Duarte Benevides de; PASSOS, Eduardo. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. IN: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009 a.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição:** fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 5ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BECKER, Patricia Vilanova. Assistência e Assessoria Jurídica Universitária em Direitos da Mulher e de Gênero: Um novo fazer interdisciplinar. **Revista do SAJU.** v.6, Porto Alegre, novembro de 2010.

BRASIL. Ministério Da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2ed, 2010.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira. **L.O corpo educado:** pedagogias de sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.110-125.

_____. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu.** v. 42, p. 249-274, janeiro-junho de 2014.

CAMPAGNOLI, Mabel A . **El género como categoría útil.** Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277933399_ARQUIVO_CAMPAGNOLIFazendoGenero9.pdf. Acessado em 30 de outubro de 2012.

CARVALHO, SALO. Criminología y Transdisciplinariedad. **Cuadernos de política criminal.** n.91, Madrid, 2007.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

CRP-RS. Caderno de Perguntas e Respostas. Disponível em: <http://www.crprs.org.br/upload/edicao/arquivo11.pdf> . Acessado em 30 de junho de 2014.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DIAS, Lúcia R.R. **A assessoria jurídica universitária em direitos de gênero como uma estética da amizade**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

DIAS, Rosimeri de Oliveira. Imaginar. IN: FONSECA, T.M.G.; NASCIMENTO, M.L.; MARASCHIN, C. **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre, Sulina, 2012, p 231-233.

DICIONÁRIO online de português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/>. Acessado em dezembro de 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. V.1. Lisboa: Relógio D'Água, 1994.

_____. O pensamento do exterior. IN: **Ditos e Escritos III**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001

_____. O que são as Luzes. In: **Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. Verdade e poder. IN: MACHADO, Roberto. **Microfísica do Poder: Michel Foucault**. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007a.

_____. Sobre a História da Sexualidade. IN: MACHADO, Roberto. **Microfísica do Poder: Michel Foucault**. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007b.

_____. O sujeito e o poder. In: Hubert L. D; e Paul R. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2ª. Edição, Coleção Biblioteca de Filosofia, Rio de Janeiro:ForenseUniversitária,2009, p.15.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. O verdadeiro sexo. In: BARROS, M.B.M (org).**Ditos e Escritos: Ética, sexualidade e política**, 3ed. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2012a v.5, p . 81-90.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In:

BARROS, M.B.M (org). **Ditos e Escritos: Ética, sexualidade e política**, 3ed. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2012b, v.5, p. 258-280.

_____. **História da Sexualidade II : o uso dos prazeres**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GUATARRI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis: vozes, 4ed, 1996.

GOMES, Márcia C.P.A; PINHEIRO, Roseni. Acolhimento e vínculo: práticas de integralidade na festão do cuidado em saúde em grandes centros urbanos. **Interface-Comunic, Saúde, Educ.** v.9, n17, mar/ago 2005.

GOMES, Marília Passos e et al. A visão de um núcleo de assessoria jurídica popular universitária e algumas experiências de trabalho. **Direito e Práxis**, vol 1, n1, 2010.

GOMES, Patricia Argôllo. Fotografar: Capturar a Passagem. IN: FONSECA, T.M.G.; NASCIMENTO, M.L.; MARASCHIN,C. **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre, Sulina, 2012, p 231-233.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**. v.22, p.201-246, 2004.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, Lilian R.; SOMAVILLA, Vera E. C. Encontro, intervenção, acontecimento: pesquisa e produção do novo. In: BONAMIGO, I. S.; TONDIN, C.F.; BRUXEL, K.. (Org.). **As práticas da psicologia social com(o) movimentos de resistência e criação**. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2008, v. , p. 55-63

LLOMBART, Margot ; LEACHE, Patricia. El binarismo de género como dispositivo de poder social, corporal y subjetivo. **Quaderns de Psicologia**, 12 (2), 131-148, 2010 Disponível em <http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/770>. Acessado em 02/06/2013.

LOPES, Ana M. D.A; MAIA, Christianny D. Assessoria Jurídica Popular: Experiência Cearense. **Revista Estudos Jurídicos**. NEJ, v14, n.2, 2009.

LOURAU, René. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. In: **René Lourau na UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993

_____. Objeto e método da análise institucional. In: _____. **Analista institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 66-86.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACHADO, Paula S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cadernos Pagu**, janeiro-junho de 2005, v. 24, p.249-281. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a12.pdf> . Acessado em 12/11/13.

MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento Jurídico dos Direitos Sexuais: Uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. **SUR-Revista Internacional de Direitos Humanos**. Ano 5, n.8, São Paulo, junho de 2008.

MERHY, Emerson Elias. **O conhecer militante do sujeito implicado**. Disponível em: <http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/capitulos-02.pdf>. Acessado 10 de dezembro de 2014.

NARDI, Henrique C; SILVA, Rosane Neves da. A emergência de um saber psicológico e as políticas de individualização. *Educação & Realidade*. 29 (1) p. 187-198, jan-junho 2004.

NUNES, Thiago C. **Saju**: breves apontamentos e suas tendências. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/saju/sobre-o-saju/historia>. Acessado em 05 de novembro de 2012.

OLIVEIRA, Renata G. **Assistência-assessoria jurídica Universitária e direitos da mulher**:(trans)formações possíveis. Dissertação de mestrado – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

PAULON, Simone M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, set-dez 2005, vol 17, n.3, p.18-25. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a03v17n3.pdf>. Acessado em 28 de outubro de 2012.

REVEL, Judith. **Foucault conceitos essenciais**. São Carlos: Clara Luz, 2005.

ROCHA, Marisa L. A psicologia e as práticas institucionais: A pesquisa-intervenção em movimento. **PSICO**, Porto Alegre: PUCRS, v. 37, n. 2, p. 169-174, maio/ago 2006.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: autêntica editora, 2012.

SALLES, Catherine. **Nos submundos da Antiguidade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOLLA, José .S.P. Acolhimento no sistema municipal de saúde. IN: TEIXEIRA, J; SOLLA, J.J.S.P **Modelo de atenção a saúde**:promoção, vigilância e saúde da família. Salvador: Edufba, 2006.

SONTAG, Susan. **Sobre a fotografia**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

TITTONI, Jaqueline; OLIVEIRA, Renata G.; SILVA, Paula M.; TANIKADO, Grace. A fotografia na pesquisa acadêmica: sobre visibilidades e possibilidades do conhecer. **Informática na educação: teoria e prática**. Porto Alegre, v.13, n. 1, jan/jun 2010.

ZANELLA, Andréa Vieira. **Perguntar, registrar, escrever**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2013.

ANEXO A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome da Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Título da pesquisa: O trabalho como uma arte: as práticas e os saberes produzidos nos cotidianos de trabalho

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome da pesquisadora: Jaqueline Tittoni

Ao assinar este documento estou consentindo participar do estudo realizado pela pesquisadora Prof^a. Dra. Jaqueline Tittoni, sobre os temas de pesquisa: trabalho, saúde e subjetividade. O objetivo desse estudo é analisar as estratégias elaboradas pelos trabalhadores das redes de assistência em saúde, assistência social e assessoria jurídica universitária no trabalho realizado na relação direta com os usuários, ou seja, analisar os modos como estes trabalhadores criam estratégias para trabalhar com os usuários nos seus cotidianos de trabalho. Para tanto, autorizo a participação da pesquisadora nas reuniões e encontros do grupo, na realização de oficinas de fotografia e da organização de exposições fotográficas, bem como na participação nos trabalhos de assessoria junto à comunidade em geral. Nestas situações serão produzidas e discutidas as fotografias produzidas pelo grupo, de acordo com os temas a serem fotografados propostos pelo grupo e pela pesquisa. Esta prevista a realização de oito a dez encontros, o que poderá ser modificado de acordo com o andamento do trabalho do grupo. Autorizo, também a utilização, na pesquisa proposta, das imagens por mim produzidas e de minha imagem, quando referida aos processos previstos na pesquisa.

Declaro ter recebido uma explicação clara e completa sobre as tarefas de que participarei e me submeto às mesmas de livre e espontânea vontade, reconhecendo que:

1º Foram explicados a justificativa e o objetivo da presente pesquisa, que consiste na elaboração de Dissertação de Mestrado.

2º Foi explicado o procedimento que será utilizado.

3º Poderei interromper a realização das tarefas quando desejar.

4º Em caso de qualquer desconforto gerado no momento da aplicação do instrumento poderei recorrer ao Comitê de Ética do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

5º Participarei desta pesquisa sem qualquer ônus financeiro para mim.

6º Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), conforme as

normas estabelecidas para a realização de pesquisa com seres humanos pelo Conselho Nacional de Saúde (1996) - Resolução nº 196/96.

7º Os dados por mim fornecidos serão armazenados na sala 300F do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo período de cinco anos, após o qual serão eliminados.

8º A minha assinatura neste documento dará autorização aos pesquisadores para utilizar os dados obtidos quando se fizer necessário, incluindo a divulgação dos mesmos dentro das prerrogativas de sigilo e preservação de identidade inerentes à pesquisa científica.

9º Fui informado (a) de que, caso apareçam pessoas nas fotografias por mim produzidas, apresentarei o termo de consentimento livre e esclarecidos às mesmas.

10º Assino o presente documento em duas vias de igual teor, ficando uma em minha posse.

A pesquisadora responsável por este projeto é a Profª Dra. Jaqueline Tittoni. Este documento foi revisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia, sito à rua Ramiro Barcelos, 2600, o qual poderá ser contatado pelo telefone 3308.5698 ou pelo e-mail cep-psico@ufrgs.br, e aprovado em _____. Para quaisquer esclarecimentos, a pesquisadora Jaqueline Tittoni coloca-se à disposição através do telefone (51) 3308-5468 ou pelo email jaquemin@terra.com.br

Data

Pesquisadora

Participante